

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

A INTERDISCIPLINARIDADE NO PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE:
NOVOS DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL

SIMONE FÁTIMA FROZA

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO
EM: 19/04/06

FLORIANOPOLIS – SC

2005/2

SIMONE FÁTIMA FROZA

**A INTERDISCIPLINARIDADE NO PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE:
NOVOS DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial
para a obtenção do título de Bacharel
em Serviço Social, Departamento de
Serviço Social, Centro Sócio
Econômico, Universidade Federal de
Santa Catarina.

Orientadora: Professora Doutora
Beatriz Augusto Paiva.

FLORIANOPOLIS – SC

2005/2

SIMONE FÁTIMA FROZA

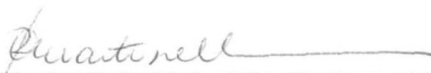
**A INTERDISCIPLINARIDADE NO PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE:
NOVOS DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel no Curso de Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do Centro Sócio Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.

BANCA EXAMINADORA



Beatriz Augusto Paiva
Professora Doutora do Departamento de Serviço Social/ UFSC
Orientadora



Rosana de Carvalho Martinelli Freitas
Professora Doutora do Departamento de Serviço Social/ UFSC
1ª Examinadora



Carmen Lúcia da Silva
Assistente Social
2ª Examinadora

Florianópolis, Abril de 2006.

*Dedico este trabalho aos meus pais e a meu amor Julio, pela
paciência, força, compreensão e carinho a mim destinados
durante esta caminhada.*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, com muito carinho, a todos que de alguma forma cooperaram para que este trabalho fosse concretizado.

Aos meus pais Erni e Elci, que sempre me apoiaram, mesmo quando contra a sua vontade mãe, tivemos que nos afastar porque vim em busca de um sonho hoje realizado. Vocês são, sem dúvida, o bem mais precioso que eu poderia merecer. Muito obrigada, eu amo muito vocês.

Ao meu melhor amigo e amado Julio, pois sem você nada disso seria possível, agradeço por dividir comigo minhas angústias, frustrações e por saber aguardar em ocasiões nas quais estive ausente. Esta conquista não é só minha, é nossa!

À minha irmã Silvia, que mesmo morando longe, sempre esteve ao meu lado, dando forças para que eu conquistasse os meus sonhos.

Minha afilhada Andressa, que me incentivou muito com seus desenhos e dedicatórias e aos meus sobrinhos Keli, Alan e Laísa, que, em momentos difíceis, procuraram me distrair com suas brincadeiras, jogos, histórias e até trabalhos escolares. Adoro todos vocês.

Aos meus queridos avós Joana, que sempre me estimulou muito e ainda tem estimulado, e Romildo (in memoriam) que infelizmente teve que me deixar neste final de caminhada, serei eternamente grata por sua dedicação e por tudo que me ensinaram.

À minha orientadora Prof^a. Beatriz Augusto Paiva pela confiança, paciência e orientação deste trabalho.

Às minhas colegas que ao longo da jornada acadêmica foram se tornando minhas amigas do peito Laura, Elenice, Daiana, Susana, Carin, Ludimilla e Viviane, pelos momentos de alegria e de ansiedade que passamos juntas, com certeza todas vocês serão excelentes profissionais.

Ao Instituto Guga Kuerten e a todos os seus profissionais com quem tive o prazer de trabalhar, pelos momentos agradáveis de convivência, vocês foram muito importantes para o meu aprendizado, foi uma satisfação conhecê-los.

Às Assistentes Sociais Silvana Medeiros e Juliana Hackebart, que sempre estiveram à disposição quando precisei de suas contribuições profissionais.

A Deus por estar sempre ao meu lado e conduzir meus passos.

Muito obrigada a todos!

FROZA, Simone Fátima. A Interdisciplinaridade no Projeto Aprendendo no Esporte: Novos Desafios para o Serviço Social. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005/2.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo a apresentação do processo interdisciplinar do Projeto Aprendendo no Esporte, suas especificidades e as transformações sociais que este possibilita para a sociedade. Aborda a importância de projetos educativos para o desenvolvimento completo de crianças e adolescentes, bem como a utilização de esportes na promoção e garantia de direitos, em busca de uma sociedade mais igualitária. A metodologia utilizada é a de cunho teórico, através de leituras e prático, através da análise do processo de estágio. Num primeiro momento é feita uma definição do trabalho do Instituto Guga Kuerten e é abordada a Lei 9.790/99, que qualifica as entidades como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Em seguida, apresenta alguns conceitos relacionados à interdisciplinaridade, e esta como um método de trabalho que contribui para uma cooperação entre os profissionais envolvidos neste processo, mas que em muitos casos é vista como um desafio tanto para eles como também para as organizações. Analisa como está o processo interdisciplinar nas áreas da Educação e do Serviço Social, procurando mostrar a importância das práticas interdisciplinares no processo de trabalho do assistente social e as barreiras que envolvem esta temática no próprio Projeto. Por fim, procura relatar algumas observações sobre as práticas interdisciplinares do Projeto Aprendendo no Esporte e apresenta sugestões para que estas práticas se tornem efetivas.

Palavras chaves: criança e adolescente, Serviço Social, interdisciplinaridade.

Mudei-me da casa dos eruditos e bati a porta ao sair. Por muito tempo a minha alma assentou-se faminta à sua mesa. Não sou como eles, treinados a buscar o conhecimento como especialistas em rachar os fios de cabelo ao meio. Amo a liberdade. Amo o ar sobre a terra fresca. É melhor dormir em meio às vacas que em meio às suas etiquetas e responsabilidades.

Friedrich Nietzsche

SUMARIO

INTRODUÇÃO.....	08
1 O INSTITUTO GUGA KUERTEN: UMA OSCIP EM AÇÃO NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.....	11
1.1 O Instituto Guga Kuerten e a questão social.....	11
1.2 O que são e como funcionam as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs).....	17
2 INTERDISCIPLINARIDADE E EDUCAÇÃO NOVAS PERSPECTIVAS PARA O ASSISTENTE SOCIAL.....	22
2.1 Interdisciplinaridade: breve histórico e definição.....	22
2.2 A ação pedagógica e a interdisciplinaridade.....	28
2.3 O Serviço Social e a interdisciplinaridade na educação.....	33
3 O PROCESSO INTERDISCIPLINAR DO PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE.....	38
3.1 A proposta interdisciplinar do Projeto Aprendendo no Esporte.....	38
3.2 Sugestões de transformação e aproveitamento das áreas do saber que atuam no Projeto Aprendendo no Esporte.....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS.....	52
APÊNDICES.....	58
ANEXOS.....	63

INTRODUÇÃO

O processo de globalização econômica é um movimento que indica mudança no contexto das políticas neoliberais, uma reorientação das políticas do Estado na direção da descentralização e da transferência dos serviços para os setores comunitários, fundações, movimentos sociais, Organizações Não-Governamentais (ONGs), entre outros, também conhecidos como organizações do Terceiro Setor.

Esta desinstitucionalização por parte do Estado, apresenta-se como uma nova forma de gestão da questão social, com o empenho e participação da população nos serviços prestados pelo Estado, ou seja, a questão das parcerias teve maior visibilidade, graças à articulação entre as novas formas de gestão das políticas públicas.

A partir dos anos de 1990, houve um fortalecimento das Organizações Não-Governamentais (ONGs), em parte, devido ao aumento dos recursos provenientes do empresariado para o financiamento de projetos de interesse público, o que gerou uma necessidade de capacitação institucional e uma qualificação profissional, até então pouco conceituadas pelo fato destas organizações estarem voltadas às demandas pontuais e filantrópicas.

Neste trabalho de conclusão de curso, num primeiro momento, estaremos pontuando a importância destas instituições do Terceiro Setor com destaque para o Instituto Guga Kuerten, mais especificamente o Projeto Aprendendo no Esporte, que tem direcionado suas ações para o enfrentamento da questão social de crianças e adolescentes de baixa renda, através do esporte, como uma forma de inserção social, procurando garantir o acesso aos direitos preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como considerando a sua formação como entidade. A metodologia utilizada será de cunho teórico e prático, através de leituras e da análise do processo de trabalho do estágio realizado na instituição no decorrer do ano de 2005.

O Instituto Guga Kuerten apresenta-se neste cenário de organização do Terceiro Setor como uma entidade sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e com a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Em março de 1999, com a promulgação da Lei 9.790, que instituiu as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), foram introduzidos novos critérios de classificação para as entidades sem fins lucrativos de caráter público, sendo que para serem

classificadas como tais as entidades deveriam atender as normas estatutárias e os objetivos sociais previstos.

Estas organizações distinguem-se das demais entidades privadas pela importância social, uma vez que costumam colaborar com maior intensidade para a concretização de finalidades assistenciais, educativas e culturais. Estas se caracterizam como utilidade pública, a partir do momento em que sejam atendidos os requisitos da lei, sendo que é esta declaração que às credenciam a disputar auxílios e benefícios junto aos Poderes Públicos, haja vista que sem estes benefícios muitas entidades não teriam condições de sobreviver.

Outro ponto que diferencia as OSCIPs das demais entidades são os Termos de Parceria, que possibilitam a captação de recursos públicos, em projetos elaborados em parceria com o Estado, não sendo necessário passar pelos entraves burocráticos e pelas restrições dos convênios, além da possibilidade de ser firmado por período superior ao exercício fiscal.

Neste sentido, Paiva (2000, p.110) nos aponta que:

É preciso que estes termos de parceria e o trabalho das OSCIPs não constituam um sistema paralelo de atendimento aos direitos sociais fora das políticas sociais. As políticas públicas devem ser constituídas coletivamente pela sociedade, ter um formato municipalizado. É preciso aperfeiçoar um sistema descentralizado e participativo e não fortalecer sistemas paralelos de atendimento, que estão absolutamente fora dos critérios, das diretrizes e do controle social da população.

Porém, desde a década de 1990, constata-se a tendência de o Estado transferir suas obrigações à sociedade civil, impulsionando as organizações do Terceiro Setor, fazendo com que a responsabilidade de intervenção na questão social seja assumida majoritariamente pela sociedade e desta forma as respostas às necessidades sociais deixam de ser de todos e passe a ser uma opção do voluntariado, devido a um motivo fundamentalmente político-ideológico, ou seja, acaba criando uma cultura de autculpa pelas mazelas que afetam a população (Montaño, 2003).

Em seguida, estaremos explorando a interdisciplinaridade em sua concepção, através de um apanhado histórico e de uma conceituação sobre as diferentes terminologias, quais sejam disciplinaridade, multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, buscando compreendê-las, tendo em vista estarem inseridas no cotidiano da maioria dos assistentes sociais que atuam em áreas de trabalho, que envolvam

mais de um conhecimento específico, propagando uma tendência muito forte em nosso processo de formação e agir profissional.

Desta forma, estaremos considerando como as ações pedagógicas têm direcionado seu foco de atuação em projetos interdisciplinares, e também buscando expor as novas tendências, em termos de aproximação teórica e prática, do Serviço Social com o campo educacional, através do desenvolvimento de atividades pelo assistente social nesta área, que tem se mostrado como um novo e amplo espaço de trabalho para esta categoria, devido ao avanço das políticas sociais e do enfoque sobre as particularidades deste trabalho.

Procuramos também mostrar como é efetuado, no Projeto Aprendendo no Esporte, o trabalho do Assistente Social, o qual apresenta desafios por estar relacionado com outras áreas de conhecimento como Educação Física, Pedagogia e Psicologia. Assim, é necessária uma compreensão e uma constante atualização de sua formação, sem romper com seu compromisso de construção da cidadania, cultivo da democracia, equidade e liberdade, permitindo uma releitura do exercício profissional, pautada no Código de Ética e no projeto ético-político da profissão.

Falar em interdisciplinaridade requer uma troca, reciprocidade, conhecer o outro profissional e a outra profissão, ou seja, entender o outro com a consciência de que este tem percepções e visões de mundo compatíveis ou não com as nossas, mas que possibilita uma discussão, transformando-se em um caminho plausível de ampliação do exercício crítico, o que favorece a ruptura das barreiras e conseqüentemente nos leva a totalidade.

O terceiro capítulo tem como finalidade apresentar o processo interdisciplinar do Projeto Aprendendo no Esporte, sua estrutura, equipe de trabalho e descrição das atividades, promovendo um debate sobre a prática interdisciplinar dentro deste Projeto, bem como algumas sugestões de como aprimorar cada vez mais as atitudes interdisciplinares, em busca de um processo efetivo.

Neste sentido, finalizamos nosso trabalho apresentando as considerações sobre as entidades que estão caracterizadas como OSCIPs, as considerações suscitadas da reflexão a propósito da interdisciplinaridade, bem como da prática interdisciplinar do Projeto Aprendendo no Esporte, que ainda carece de estudos mais aprofundados por parte de seus profissionais, devido à complexidade do tema abordado.

1 O INSTITUTO GUGA KUERTEN: UMA OSCIP EM AÇÃO NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Neste capítulo estaremos destacando a atuação do Instituto Guga Kuerten e suas contribuições para a sociedade que utiliza os serviços por ele prestados, além de apresentarmos a Lei 9.790/99 que qualifica as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), as vantagens e entraves que uma organização pode enfrentar ao solicitar o reconhecimento como tal.

1.1 O Instituto Guga Kuerten e a questão social

O Instituto Guga Kuerten, foi constituído em 17 de agosto de 2000 e é caracterizado como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), sendo uma associação civil, de caráter filantrópico e sem fins lucrativos, assinalado como uma organização do Terceiro Setor.

Consciente de seu papel na sociedade, o Instituto Guga Kuerten manifesta um comprometimento com o desenvolvimento humano e social e procura viabilizar e consolidar o direito à cidadania, através da captação de recursos em parceria com outros atores sociais, propiciando investimento em projetos sociais já existentes, além de articular e mobilizar ações sociais e desenvolver programas na área de atendimento a pessoa com deficiência e também na área de esporte direcionado às crianças e adolescentes de baixa renda.

Desta forma, podemos nos reportar ao trabalho desenvolvido pelo Instituto Guga Kuerten, que tem sua atuação voltada para a articulação, promoção e apoio a ações com objetivos educacionais, esportivos e sociais, direcionadas às seguintes áreas: Educação e Integração Social de Pessoas com Deficiência; e Esporte como Estratégia de Desenvolvimento Integral de Crianças e Adolescentes, estando suas estratégias organizadas em três programas: Fundos de Apoio a Projetos Sociais (FAPS), Ações Especiais e Esporte e Educação.

O Fundo de Apoio a Projetos Sociais tem como objetivo apoiar financeira e tecnicamente projetos de organizações sociais de Santa Catarina, que geralmente possuem

reduzidas condições econômicas, técnicas e estruturais para desenvolverem suas ações, sendo na maioria Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE's) ou congêneres, que desenvolvem ações voltadas para a integração das Pessoas com Deficiência, e/ou que utilizem o esporte como estratégia de desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. O Instituto Guga Kuerten trabalha com parcerias que investem uma cota anual, utilizadas para financiar os projetos selecionados e para custear o seu processo de acompanhamento técnico, sendo que desde a formação do Instituto, já foram financiados projetos e prestado assessoria para várias organizações sociais de municípios de Santa Catarina.

O Programa de Ações Especiais consiste no apoio técnico e financeiro, a partir da entrada de recursos extras de parcerias, a projetos que desenvolvam ações que compartilhem dos mesmos objetivos do Instituto. Desta forma, desenvolve, propõe e participa de ações e políticas de promoção e defesa dos direitos do cidadão, fortalecendo e desencadeando medidas que assegurem sua cidadania, dentro dos princípios de igualdade e de respeito, em conjunto com outras organizações que compartilhem estes mesmos objetivos. Exemplos disso são as colônias de férias: Colônia de Férias Tempo Feliz em Balneário Camboriú e a Colônia de Férias Vão Livre em Florianópolis.

O Programa de Esporte e Educação tem como objetivo desenvolver projetos que utilizem o esporte, inicialmente o tênis, como estratégia de desenvolvimento pessoal, educacional e social de crianças e adolescentes de baixa renda, buscando sua plena inclusão social. Dentro deste programa existem cinco projetos: Projeto de Esporte na Ilha Criança – Florianópolis/SC, Projeto Campeões da Vida – Florianópolis/SC, Projeto Aprendendo no Esporte – Florianópolis/SC, Projeto de Tênis na Cidade da Criança - São José/SC e Projeto Crescendo no Esporte – Tijucas/SC, sendo que destes estaremos apresentando com mais detalhes o Projeto Aprendendo no Esporte, no qual atuamos diretamente.

Neste trabalho estaremos destacando a atuação do Instituto Guga Kuerten, através de um aprofundamento da expressão da questão social do Projeto Aprendendo no Esporte que atua como uma ação complementar à escola, atendendo crianças de 07 a 13 anos, nas terças, quintas e sextas-feiras em período integral e adolescentes de 14 a 18 anos incompletos, nas segundas e quartas-feiras pela manhã, os quais residem próximos ou na comunidade da Lagoa da Conceição. Estes estudam nas Escolas Municipais ou Estaduais desta região, que operam em parceria com o Projeto e as famílias dos educandos e através destas ações as crianças e adolescentes têm acesso ao direito de desenvolvimento integral,

sejam eles, direito à cultura, ao esporte, à educação e ao lazer, etc., conforme preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente¹.

O Projeto, no ano de 2005, contou com a parceria do Instituto C&A, que auxiliou com recursos financeiros e realizou oficinas de reciclagem de lixo com os educandos, também com a empresa HEAD que disponibilizou todo o material desportivo, além do apoio do LIC (Lagoa Iate Clube) que cedeu o espaço para a realização do projeto e as Universidades UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina), UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e Univali (Universidade do Vale do Itajaí) que utilizaram o projeto como campo de estágio, onde os estagiários tiveram a oportunidade de atuar nas oficinas com os educandos.

O Projeto oferece as crianças e adolescentes, oficinas de tênis e esportes complementares, que contam com a participação de outras áreas como Pedagogia, Psicologia e Serviço Social, desenvolvendo atividades em conjunto, de forma interdisciplinar, bem como realiza encontros mensais com os pais, sendo que estes propõem assuntos de seu interesse, para que sejam debatidos pelos participantes, favorecendo a inserção destas famílias. No terceiro capítulo será apresentado como são planejadas estas atividades.

Desta forma, a expressão da questão social enfrentada pelo Projeto Aprendendo no Esporte, tem sua centralidade na criança e no adolescente e através de ação social, educacional e esportiva procura complementar a educação familiar e escolar utilizando-se do esporte como estratégia de inclusão social e desenvolvimento das potencialidades de crianças e adolescentes, conforme mencionado anteriormente e indicado no Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 4º:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

¹ Para obter todas as informações sobre a caracterização do Instituto Guga Kuerten e do Projeto Aprendendo no esporte, bem como o perfil sócio econômico das famílias dos educandos, características do local onde é desenvolvido o referido Projeto e a metodologia de trabalho utilizada pelo mesmo, consultar HACKEBART, Juliana Garcia. **Ação Complementar a Escola: uma estratégia do Instituto Guga Kuerten do desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.** Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

Neste sentido, o trabalho realizado pelo Projeto Aprendendo no Esporte tem o intuito de proporcionar as crianças e adolescentes o acesso aos direitos preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente, ou seja, acesso ao desenvolvimento integral e segundo Hackebart (2004, p. 45-6):

O objetivo principal deste Projeto, de acordo com seu plano de Estrutura e Funcionamento de 2004, é promover, através de ações educacionais e esportivas, o desenvolvimento pessoal e social, de crianças e adolescentes, contribuindo para a construção de uma visão mais ampla da realidade em que estão inseridos, na busca do exercício pleno da cidadania.

A autora supracitada, também coloca-nos que o Projeto Aprendendo no Esporte tem suas ações socioeducativas norteadas por uma metodologia educacional estabelecida pela Unesco, através do *Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI*, que trata dos quatro pilares da educação: Aprender a Ser, Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Conviver, utilizados como ferramentas para a promoção de uma sociedade mais igualitária. Abaixo segue a caracterização sucinta dos quatro pilares aqui destacados, conforme Delors (2003, p 88).

Aprender a Ser: promover a autonomia, iniciativa, aprender a lidar com a liberdade respeitando o limite dos demais, entrar em contato com a própria criatividade, com seus sentimentos e com sua imaginação, **desenvolvendo a competência pessoal.**

Aprender a Conhecer: oportunizar as crianças e adolescentes uma melhor compreensão do mundo a sua volta, poder analisar criticamente essa realidade para alcançar algumas transformações, **desenvolvendo a competência cognitiva.**

Aprender a Fazer: preparar o educando para colocar em prática os conhecimentos e adaptar a educação ao trabalho futuro, **desenvolvendo a competência produtiva.**

Aprender a Conviver: aprender a lidar com a agressividade natural do ser humano, transformando-a em coragem para enfrentar outros combates, desta forma torna-se indispensável ensinar o educando a não agredir os colegas, ressaltando a importância da solidariedade, cooperação e respeito às diferenças individuais, **desenvolvendo a competência relacional.**

Diante deste quadro podemos observar que as políticas sociais de promoção e garantia de direitos ainda são elementares e mantenedoras da reprodução social, pois não respeitam a igualdade no acesso as oportunidades. Assim como a educação brasileira que ainda apresenta uma fase de exclusão, porém pode-se observar que há um pequeno avanço

com relação ao acesso às escolas, ou seja, uma equidade maior ao acesso da educação no país.

Neste sentido, há que se registrar a presença de organizações do Terceiro Setor, na medida em que estão comprometidas em criar espaços alternativos para complementar à escola, com o objetivo de promover a educação integral de crianças e adolescentes, como é o caso do Instituto Guga Kuerten, mais especificamente o Projeto Aprendendo no Esporte.

Podemos observar ainda, que no Brasil a expressão Terceiro Setor apresenta inúmeras discussões, haja vista certa dificuldade em definir que organizações sem fins lucrativos integram o Terceiro Setor. O mais comum entre vários autores é que todas as instituições sem fins lucrativos, que tem como propósito atender o interesse público, a partir do âmbito privado fazem parte do Terceiro Setor. São organizações que se dedicam a ações sociais públicas ou de interesse geral, tais como ONGs, fundações, associações comunitárias, movimentos sociais, entre outros. Assim, podemos agrupar os chamados “setores” em três esferas, em que temos o Estado (Primeiro Setor), o Mercado (Segundo Setor) e a sociedade civil (Terceiro setor).

Neste sentido Bava (1996, p. 134) destaca:

[...] há ainda concepções equivocadas sobre o que seja uma ONG, incluindo-se nessa denominação todas as entidades sem fins lucrativos. [...] neste conjunto de entidades existem hospitais e universidades privadas, além de entidades filantrópicas criadas pelos parlamentares que se beneficiam de verbas especiais para a assistência social.

O que podemos observar é que desde a Rio-92 as ONGs vêm ganhando destaque no cenário político nacional e internacional e, por isso, inúmeros debates e propostas de lei para regulamentar estas entidades sem fins lucrativos estão sendo apresentadas, no intuito de possibilitar o acesso aos recursos públicos às entidades comprometidas com as ações de assistência social em que foram incorporadas.

Há também autores que procuram identificar o Terceiro Setor através de uma análise crítica da visão hegemônica mistificada e ideologizada, onde é necessário abordar as principais fontes teórico-políticas que produzem a essência deste debate, como afirma Montañó (2003, p. 52):

Nossa abordagem sobre o “terceiro setor” não parte do conceito de um fenômeno isolado, mas por ter como ponto de partida o movimento e as tendências das transformações do capital como um todo, chega ao terceiro setor como um fenômeno participe dessas transformações gerais, como produto delas.

Podemos observar ainda que na abordagem hegemônica, está expressa uma construção ideológica, uma vez que este conceito de Terceiro Setor tem procedência norte-americana e segundo o autor supracitado “foi cunhado por *intelectuais orgânicos do capital*, e isso sinaliza clara ligação com os interesses de classe, nas transformações necessárias à alta burguesia” Montañó (2003, p. 53, grifos do autor), que destaca ainda:

[...] o termo é constituído a partir de um recorte do social em esferas: o Estado (“primeiro setor”), o mercado (“segundo setor”) e a “sociedade civil” (“terceiro setor”). Recorte este, como mecanismos, claramente neopositivista, estruturalista, funcionalista ou liberal, que isola e autonomiza a dinâmica de cada um deles, que, portanto, desistoriciza a realidade social. Como se o “político” pertencesse à esfera estatal, o “econômico” ao âmbito do mercado e o “social” remetesse apenas à sociedade civil, num conceito reducionista.

As organizações do Terceiro Setor são diversificadas, mas de modo algum substituem o papel do Estado na garantia de direitos e na universalização das políticas sociais, no entanto podem complementar algumas de suas ações na formulação, implementação e desenvolvimento de programas e projetos sociais, uma vez que o agravamento da questão social no Brasil, implica na necessidade de respostas mais abrangentes e efetivas na política de proteção social.

Neste contexto, podemos notar que, com a Constituição Federal de 1988, ocorreram mobilizações que provocaram transformações significativas como o direito a cidadania, além da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) junto com instâncias fiscalizadoras e deliberativas previstas nesta lei. É nítida a continuidade e o aprofundamento das mudanças que vêm ocorrendo nas relações entre organizações do Terceiro Setor, Poder Público e setores privados, para que, desta forma, sejam apresentadas propostas concretas de políticas públicas capazes de satisfazer as necessidades de todos os cidadãos.

Estas organizações têm como desafio lidar com a questão social relativa à exclusão social, sendo que este enfrentamento passa por políticas globais que afetam a sociedade e a economia, devido à complexidade desta questão que se constitui por problemas diversos como saúde, educação, saneamento básico, desemprego, entre outros.

A questão social aparece como um conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos, nas relações entre capital e trabalho no processo de industrialização, manifestando-se pela expressão das contradições dos pensamentos políticos e exigindo uma intervenção dos poderes públicos, uma vez que atinge a todos os setores e classes

sociais. Segundo Arcoverde (1999, p. 78): “No fundo, a questão social brasileira, em suas variadas formas, tem na desigualdade e na injustiça social ligadas à organização do trabalho e à cidadania seu núcleo orgânico”. Seguindo a idéia da autora podemos destacar também que:

É preciso ainda esclarecer que as desigualdades e injustiças sociais produzidas não podem em si mesmas ser tomadas como questão social. Elas somente se tornam questão social quando, de fato, são reconhecidas e assumidas por um dos setores da sociedade, com o objetivo de enfrentá-las, torná-las públicas e de transformá-las em demanda política.

Isso significa que para enfrentar os problemas diversos que dão origem a questão social, torna-se necessário haver uma articulação entre os governos locais e nacionais, bem como com a sociedade civil, que deve enriquecer suas idéias sobre política e democracia, para que seja possível desenvolver projetos que conciliem o crescimento econômico, a equidade e a justiça social, ou seja, projetos compromissados e capazes de construir uma sociedade mais justa e igualitária. Por isso, torna-se fundamental a participação ativa da sociedade civil em todos os níveis decisórios do governo, no planejamento, na fiscalização e no controle social dos mecanismos de gestão e das políticas públicas.

Como abordado anteriormente, o Instituto Guga Kuerten apresenta-se como uma OSCIP, que atua com o apoio de pessoas jurídicas para a promoção dos direitos sociais, desta forma, torna-se oportuno destacarmos a importância de uma OSCIP no contexto político nacional.

1.2 O que são e como funcionam as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs)?

As organizações da sociedade civil há muitas décadas têm se deparado com barreiras burocráticas contínuas e cumulativas em diferentes instâncias governamentais. Mas podemos observar que estas barreiras vêm se mostrando ineficazes e não garantem bases de informações seguras que possibilitem parcerias entre governo e entidades sem fins lucrativos, nem ferramentas para avaliar os resultados e o controle social.

No Código Civil Brasileiro, Lei 3.107, de janeiro de 1916, aparece dois tipos de organizações: as comerciais e as de caráter religioso, assistenciais e científicas, todas de

interesse público, que foram construídas sob a forma de fundações e associações. Entretanto com a articulação entre as organizações da sociedade civil, Governo Federal, Congresso Nacional e o Conselho da Comunidade Solidária foi elaborado e aprovado um Projeto de Lei que resultou na Lei 9.790, de 23 de março de 1999. Esta Lei dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Os princípios e a concepção da nova Lei foram elencados, através do consenso de todos os participantes durante o processo de debates e negociações sobre o Marco Legal do Terceiro Setor, sendo que o objetivo geral desta Lei é o fortalecimento do Terceiro Setor, isto é, garantir que as organizações gerem projetos e assumam responsabilidades nas diversas áreas, incluindo as da saúde, educação e assistência social.

Já com relação aos objetivos específicos destacam-se segundo a Lei 9.790/99 (Brasil 1999, p. 4):

- Qualificar as organizações do Terceiro Setor por meio de critérios simples e transparentes, criando uma nova qualificação, qual seja, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Esta nova qualificação inclui as formas recentes de atuação das organizações da sociedade civil e exclui aquelas que não são de interesse público, que se voltam para um círculo restrito de sócios ou que estão (ou deveriam estar) abrigadas em outra legislação;
- Incentivar a parceria entre as OSCIPs e o Estado, por meio do Termo de Parceria, um novo instrumento jurídico criado para promover o fomento e a gestão das relações de parceria, permitindo a negociação de objetivos e metas, como também o monitoramento e a avaliação dos resultados alcançados;
- Implementar mecanismos adequados de controle social e responsabilização das organizações com o objetivo de garantir que os recursos de origem estatal administrados pelas OSCIPs sejam, de fato, destinados a fins públicos.

A Lei 9.790/99 presume mudanças importantes para as organizações do Terceiro Setor, tais como o processo de qualificação mais ágil e menos burocrático, potencializar a obtenção de recursos públicos através do Termo de Parceria, mecanismos de planejamento, avaliação e controle, com critérios de eficácia e eficiência, além de uma abrangência institucional.

A nova legislação também prevê autonomia das entidades com relação à possibilidade de remuneração dos dirigentes das OSCIPs, mas não a tornou obrigatória. A composição do corpo decisório é definida nos estatutos de cada OSCIP, sendo formado

normalmente pelos sócios. Uma vantagem fiscal da OSCIP está na isenção do Imposto de Renda, caso seus dirigentes não sejam remunerados.

O Termo de Parceria é um instrumento jurídico de fomento e gestão das relações de processo entre OSCIPs e Estado, porque torna o gerenciamento dos projetos mais ágil e realiza o controle pelos resultados, garantindo que os recursos estatais sejam utilizados conforme necessidade dos fins públicos. Ou seja, “possibilita a escolha do parceiro adequado do ponto de vista técnico e mais desejável do ponto de vista social e econômico, além de favorecer a publicidade e a transparência” (Brasil 1999, p.2), substituindo os tradicionais convênios por um novo instrumento mais transparente e menos burocrático.

Com isso o acesso às informações é livre, sendo que todos os cidadãos, em qualquer momento, podem requerer vistorias das planilhas de aplicação de recursos, bem como, judicial ou administrativamente, a perda da qualificação de uma entidade OSCIP, uma vez que seja diagnosticada a presença de erros e/ou fraudes.

A entidade que deseja obter a qualificação de OSCIP deve atender alguns requisitos como: ser pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, atender aos objetivos sociais e as normas estatutárias presentes na lei e apresentar cópias autenticadas dos documentos exigidos, quais sejam, estatuto registrado em cartório, ata de eleição da atual diretoria, balanço patrimonial e demonstração de resultados (do último exercício), declaração de isenção do imposto de renda (do último exercício) e cartão de isenção do CNPJ.

Conforme o artigo 3º da Lei nº 9.790/99 as OSCIPs devem almejar objetivos sociais que tenham pelo menos uma das seguintes finalidades:

Promoção da assistência social, promoção gratuita de educação e saúde, promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, defesa, preservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável, promoção do voluntariado, promoção dos direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita, promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais, promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza, experimentação não lucrativa, de novos modelos sócio-educativos e de sistemas alternativos de produção, estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimento técnico-científicos que digam respeito às atividades supra mencionadas.

A Lei nº 9.790/99 foi regulamentada pelo Decreto 3.100, de 30 de junho de 1999, sendo reconhecida pelo Governo Federal e pelos procedimentos de qualificação emitidos

pelo Ministério da Justiça, ao analisar o estatuto da instituição, por meio da Portaria 361, de 27 de julho de 1999.

As OSCIPs são iniciativas privadas que se aproximam do Poder Público e de suas regras, atuam em áreas típicas do setor público e devido ao interesse social que despertam eventualmente, recebem financiamentos para que continuem realizando ações sem retorno econômico.

Embora a principal vantagem de se tornar uma OSCIP seja a possibilidade de firmar parcerias com o Estado, faz-se necessário destacar que, conforme apresentado anteriormente, o Instituto Guga Kuerten caracteriza-se como uma OSCIP, no entanto os recursos utilizados para financiar os seus projetos sociais são disponibilizados por doações de pessoas jurídicas e não pelo Poder Público, uma vez que estas têm interesses na dedução de impostos, pois conforme Lei 91 de 28 de agosto de 1935, que trata da declaração de Utilidade Pública, uma das vantagens oferecidas por estas entidades, como é o caso do Instituto Guga Kuerten, que presta serviços gratuitos para a comunidade onde atua, é a possibilidade de receber recursos de pessoas jurídicas e oferecer-lhes dedução fiscal no imposto de renda.

Neste sentido, à medida que observamos o crescimento das ações sociais das OSCIPs, destacam-se a prática e o conhecimento adquirido em suas ações com os segmentos sociais vulneráveis, em experiências inovadoras de enfrentamento dos problemas sociais, porém evidencia-se a falta de estímulo para estabelecer parcerias e o não reconhecimento por parte do Estado, o que dificulta a promoção do desenvolvimento social e a efetividade das ações.

É importante destacar que a Lei nº 9.790/99 não substitui a Declaração de Utilidade Pública, nem o Certificado de Entidade de Assistência Social. A legislação que rege essas qualificações continua vigorando concomitantemente a Lei nº 9.790/99.

Chaves (2000, p. 100), enfatiza que:

[...] as entidades que possuem declaração de utilidade pública, distinguem-se das demais entidades privadas pela importância social, colaborando de maneira bem mais acentuada para a realização de finalidades assistenciais, educacionais, culturais, literárias, científicas, qualidades estas que a caracterizam como sendo de utilidade pública.

A autora também destaca que existem no país inúmeras entidades que possuem o certificado de entidade sem fins lucrativos, porém não se enquadram nas legislações que abrangem os requisitos para obtenção deste certificado.

As entidades sem fins lucrativos, qualificadas com base em outros diplomas, podem qualificar-se simultaneamente como OSCIP, durante o prazo de 2 (dois) anos, sem a perda dos benefícios anteriores. Com o término do prazo de 2 (dois) anos, se a entidade quiser manter a qualificação deverá formalizar sua opção, o que implicará na renúncia de suas qualificações anteriores, caso não o fizer a entidade perderá automaticamente a qualificação de OSCIP.

O fortalecimento das OSCIPs também é visto como importante para o desenvolvimento econômico, em função da sua oferta de trabalho, através da criação de novos empregos, além da sua importância política, pelas ações em defesa dos direitos, prestação de serviços e controle social. Porém, deve-se estar atento para o que coloca-nos autores como Montañó (2003), que alerta para o predomínio dos aspectos políticos e ideológicos que permeiam o Terceiro Setor e assim acabam por distanciá-lo da realidade de luta das classes concebida no bojo dos interesses antagônicos entre o grande capital e o trabalho, através de uma análise das bibliografias vigentes que são submetidas à crítica e interpretados como ideologias funcionais à nova estratégia hegemônica do capital.

2 INTERDISCIPLINARIDADE E EDUCAÇÃO NOVAS PERSPECTIVAS PARA O ASSISTENTE SOCIAL

Com o intuito de facilitar a compreensão do processo interdisciplinar e seus aportes, neste capítulo buscaremos contribuir para o debate sobre a interdisciplinaridade, bem como a sua abrangência nas áreas da Educação e do Serviço Social, assinalando um espaço para a atuação do assistente Social.

2.1 Interdisciplinaridade: breve histórico e definição

Nas últimas décadas do século XX, muito se tem ouvido falar sobre a interdisciplinaridade, tanto no âmbito da produção de conhecimento, quanto no da intervenção em diferentes áreas de trabalho.

Para Severino (2002, p. 11):

A conceituação de interdisciplinaridade é, sem dúvida, uma tarefa inacabada: até hoje não conseguimos definir com precisão o que vem a ser essa vinculação, essa reciprocidade, essa interação, essa comunidade de sentido ou essa complementaridade entre as várias disciplinas. [...] é uma situação da qual não tivemos ainda uma experiência vivida e explicitada, sua prática concreta sendo ainda processo tateante na elaboração do saber, na atividade de ensino e de pesquisa e na ação social. Ela é antes algo pressentido, desejado e buscado, mas ainda não atingido. Por isso todo o investimento que pensadores, pesquisadores, educadores, profissionais e especialistas de todos os campos de pensamento e ação fazem, no sentido de uma prática concreta da interdisciplinaridade, representa um esforço significativo rumo à constituição do interdisciplinar.

O processo de evolução da interdisciplinaridade, de acordo com Fazenda (1994, p. 17) se deu a partir das três últimas décadas, 1970, 1980, 1990, através de uma releitura dos estudiosos, com um recorte epistemológico. A seguir estaremos caracterizando de forma sucinta as três décadas, conforme apresentado pela autora supra citada.

Na década de 1970, o fator mais importante era a necessidade de se conceituar a interdisciplinaridade, a preocupação fundamental estava na explicação terminológica, uma vez que pouco se sabia sobre o seu significado.

A discussão teórica a respeito do papel humanista do conhecimento e da ciência, difundida por Georges Gusdorf, em seu projeto de pesquisa apresentado à UNESCO em 1961, tendo a totalidade como categoria de reflexão, previa uma diminuição da distância teórica entre as ciências humanas.

Vários estudiosos das principais universidades européias e americanas, de diferentes áreas do conhecimento, fizeram parte deste trabalho, tais como Levi Strauss e Piaget, que tinham como pretensão fazer um levantamento das questões para a construção da ciência de amanhã.

Em Louvain, destacamos a realização de um colóquio, em 1967, onde estavam presentes futuros teóricos da interdisciplinaridade, quais sejam Houtart, Tödt, Ladrière e Palmade, que procuraram refletir sobre a interdisciplinaridade através das relações Igreja/Mundo, sendo que a partir desta discussão percebeu-se a necessidade de uma outra discussão interdisciplinar a de sujeito humano/mundo.

No ano de 1971, destaca-se o papel do ensino universitário, um grupo de pesquisadores formado por Guy Berger, Leo Apostel, Asa Briggs e Guy Michaud, se reuniram para avaliar os principais problemas do ensino e da pesquisa nas universidades, o que possibilitou a quebra de barreiras interdisciplinares e facilitou o trabalho de pesquisas coletivas, proporcionando uma inovação no ensino. Este estudo também revelou uma distinção conceitual entre os níveis de relação multi, pluri, inter e transdisciplinar, os quais estarão sendo apresentados posteriormente.

No Brasil, podemos destacar como produção significativa relacionada a interdisciplinaridade o livro publicado por Hilton Japiassu (1976): “Interdisciplinaridade e a Patologia do Saber”, que se tornou referência para as definições conceituais sobre interdisciplinaridade, bem como no que se refere a metodologia interdisciplinar e que estará sendo utilizado como referência neste trabalho.

Na década de 1980, era preciso buscar epistemologias que apontassem, a partir da prática real, o teórico e o abstrato, sendo que a principal contribuição foi o documento “Interdisciplinaridade e Ciências Humanas” (1983), que foi elaborado por um grupo de pesquisadores europeus, formado por Gusdorf, Apostel, Bottomore, Dufrenne, Mommsen, Morin, Palmarini, Smirnov e Ui, tendo como pontos o encontro e a cooperação das disciplinas que formam as ciências humanas e a influência exercida entre elas.

No Brasil, a década de 1980, tinha como objetivo explicar as ambigüidades que apareceram a partir de dicotomias emitidas nos anos de 1970, as quais estavam relacionadas ao modismo e sua questão ideológica em relação à interdisciplinaridade, que

foram explicitadas no livro publicado por Fazenda intitulado “Educação no Brasil anos 60 - o pacto do silêncio”, no ano de 1985, baseado nas reformas educacionais que ocorreram no Brasil nos anos de 1960.

Na procura por sua identidade, o educador buscou sua afirmação como profissional, revelando um gosto por conhecer e pesquisar, através de um comprometimento diferenciado em relação aos seus alunos, ou seja, características como competência, envolvimento e compromisso são indispensáveis para este profissional que vislumbra uma educação melhor, porém, o processo interdisciplinar esbarrava em uma série de obstáculos institucionais em seu cotidiano, os quais podem ser observados nos dias atuais.

Os anos de 1990 foram marcados pela contradição em estudos e pesquisas sobre interdisciplinaridade, haja vista que os projetos educacionais que se intitulavam interdisciplinares aumentaram muito no Brasil, no entanto estas pesquisas tinham mencionado os caminhos percorridos em práticas interdisciplinares intuitivas, desprovidas de princípios teóricos fundamentais, sem leis, sem regras e sem intenções explícitas, marcando assim uma década em que foi possível a exposição de um projeto antropológico de educação, o interdisciplinar, ainda que com contradições.

Para analisarmos melhor o conceito interdisciplinar é conveniente fixarmos algumas terminologias de outros conceitos, que por vezes nos confundem como disciplinaridade, multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade e transdisciplinaridade, conforme nos aponta Japiassu (1976, p. 74), baseando-se nos trabalhos desenvolvidos por Jantsch (1972).

Disciplinaridade: exploração científica de novos conhecimentos organizados e sistemáticos, que substituem os antigos, por apresentar características próprias nos planos de ensino, dos métodos, das matérias e da formação.

Multidisciplinaridade: não existe uma afinidade aparente entre as disciplinas, os profissionais trabalham isolados, não há uma troca de informações ou cooperação entre si, apenas informações transferidas e sem um enriquecimento das disciplinas.

Pluridisciplinaridade: relação entre várias disciplinas, visando à construção de um sistema com um só grau e com múltiplos objetivos, através da associação dos conhecimentos destas várias disciplinas, ou seja, há cooperação, mas não há coordenação.

Transdisciplinaridade: trata-se de um sistema total, de níveis e objetivos múltiplos, com finalidades comuns e encontramos a coordenação de todas as disciplinas e interdisciplinas, com a criação de um campo teórico, operacional ou disciplinar.

Com base nestas informações, já é possível realizarmos uma reflexão epistemológica e interventiva sobre a interdisciplinaridade, através de um estudo mais aprofundado, tendo

como referência autores citados anteriormente, o que possibilitará avanços consideráveis a este paradigma emergente de conhecimento.

Segundo Ferreira (2001), devemos destacar que definir interdisciplinaridade é uma tarefa bastante complexa, tendo em vista o acúmulo de equívocos e possibilidades apresentados por muitos autores, que a interpretam como multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade e transdisciplinaridade, sendo que, através destas interpretações equivocadas nos deparamos com ocasiões nas quais é possível perder a sua característica maior, qual seja a concepção de conhecimento, ou ainda por restringirmos seu campo de atuação, conferindo-a como significado de integração interação ou inter-relação.

O que podemos perceber é que na construção do conhecimento a integração, interação ou inter-relação das ciências não garante um processo sem contradições, porém a estratégia interdisciplinar possibilita o enriquecimento e a integração entre os subsídios do conhecimento, através de um movimento ininterrupto, criando e recriando outros pontos para a discussão. Sendo assim, o que distingue uma prática interdisciplinar é o significado intelectual que ela apresenta, ou seja, devemos enfatizar que para haver um exercício interdisciplinar é necessário que os que a praticam demonstrem uma intenção clara e prática, tanto em termos de conhecimento como de ação.

Neste sentido, Fazenda (2001, p. 17) nos aponta:

No projeto interdisciplinar não se *ensina*, nem se *aprende*: vive-se, exerce-se. A responsabilidade individual é a marca do projeto interdisciplinar, mas esta responsabilidade está imbuída do *envolvimento* – envolvimento esse que diz respeito ao projeto em si, às pessoas e às instituições a ele pertencentes (grifos da autora).

Desta forma podemos avaliar a interdisciplinaridade como um conjunto de disciplinas que alcançam objetivos comuns, permitindo exprimir numa única linguagem os conceitos, as preocupações, as intenções e as contribuições de um determinado número de disciplinas, antes fechadas em suas linguagens especializadas, o que possibilita uma integração dos conhecimentos.

Assim, notamos que as práticas interdisciplinares necessitam de vastos conhecimentos e domínios variados sobre os fundamentos essenciais das disciplinas e não necessariamente sobre suas particularidades, o que em geral são difíceis de adquirir.

O caminho para a ação interdisciplinar é amplo e induz-nos a refletir sobre a necessidade de várias áreas do conhecimento trabalharem unidas, se conhecerem e se entrosarem para vivenciar uma ação interdisciplinar mais produtiva, ou seja, pensar a

interdisciplinaridade como um projeto que envolve e parte do individual para o coletivo, com um aspecto de integração, interação e assim satisfazer plenamente todo grupo, uma vez que o ser humano tem a necessidade de partilhar suas experiências com os outros, o que nos remete a idéia de viver em sociedade, pois com este compartilhamento de conhecimentos deixamos de fragmentar as relações sociais, tornando-se mais forte para enfraquecer as adversidades.

Netto (1992, p. 32) procura enfatizar esta ação individualista no momento em que enquadra os grupos e os indivíduos numa *ótica de individualização*, que transfigura os problemas sociais em problemas pessoais. Na sociedade burguesa a mercantilização universal das relações sociais, tende a produzir uma inteira *moralização* das teorias sociais abrangentes, além da segmentação das refrações da “questão social”, acarretando na *individualização dos problemas sociais*. Assim na perspectiva do capitalismo monopolista, essa tendência de autonomização do indivíduo, corresponde também a *psicologização* da vida social (grifos do autor). Desta forma, trabalhar a interdisciplinaridade requer posturas em que se destaca o amadurecimento de uma nova concepção do saber para além deste enfoque liberal-burguês capitalista, que se assenta na ultra-especialização, na fragmentação das análises, na reprodução do nível teórico e do mundo do trabalho, de perspectivas rígidas do ponto de vista *disciplinar*, que impedem uma *visão de totalidade e uma atuação integrada* junto aos problemas sociais, buscando um novo caminho para a apreciação destes problemas e das intervenções sociais.

Percebe-se, entretanto, que o compartilhamento de conhecimentos, através de práticas interdisciplinares, é uma tarefa difícil, tendo em vista que grande parte das profissões é disciplinar, em que as decisões são processadas de forma isolada e ressaltam as barreiras de cada especialização.

Para que estas barreiras sejam eliminadas, é necessário que haja um rompimento do rigor das estruturas institucionais que reforçam os entraves epistemológicos das diferentes profissões, procurando formar uma equipe especializada em diferentes áreas de atuação, mas com objetivos comuns, ou seja, estabelecer uma relação entre a formação teórica e a ação profissional almejando a construção de conhecimentos.

Neste sentido, parece-nos propício abordarmos a questão das equipes que trabalham de forma interdisciplinar, destacando primeiramente um conceito de equipe, utilizado por vários autores que trabalham com a questão da interdisciplinaridade que têm como referência Meirelles (1998, p. 15), que considera:

A equipe como um grupo de pessoas, que desenvolve um trabalho, de forma integrada e com um objetivo comum, com interdependência, lealdade, cooperação e coesão entre os membros do grupo, a fim de atingirem maior eficácia nas suas atividades. Esta equipe é constituída e vivida pelos seus membros, que trabalham de forma dinâmica suas emoções, sentimento e expectativas até atingirem equilíbrio e participação verdadeira de todos os membros do grupo nas ações.

Segundo Nogueira (1998, p. 41-2): “o trabalho em equipe situa-se como uma das formas de dar maior rentabilidade às atividades humanas, superando as ações fragmentadas e buscando uma visão de globalidade, atributo dos fenômenos e fatos sociais”.

O trabalho em equipe faz com que o enfoque de atuação de cada indivíduo se amplie, ou seja, ao invés de desempenhar atividades independentes, tende a valorizar os resultados gerados em conjunto, diante de objetivos comuns, fazendo com que cada indivíduo tenha uma visão mais ampla de suas ações e para que isso ocorra estas equipes procuram melhorar sua efetividade introduzindo processos de planejamento e avaliação rotineiros, os quais facilitarão o processo de trabalho e a tomada de decisões, levando em conta as especialidades de cada componente, ampliando a sua prática interdisciplinar.

Devemos destacar também que em uma equipe interdisciplinar é indispensável a cooperação interdisciplinar, de forma que um determinado indivíduo não atribua a si próprio o que é uma conquista de todos, gerando um conflito de autonomias, em razão de hierarquias institucionais, devendo haver uma horizontalização de seus saberes e de suas práticas. Como exemplo, podemos citar a área da saúde, campo de trabalho que apresenta dificuldade na inserção e contribuição de outros conhecimentos à medicina devido a seu predomínio histórico, causando conflitos no interior da equipe, uma vez que estes profissionais comprometem sua interação. Assim, a interdisciplinaridade não presume a anulação dos aportes de cada área em particular, mas uma comunicação entre elas, porém preservando sua integridade.

Vasconcelos (1997, p. 141), assinala que a interdisciplinaridade:

[...] é entendida aqui como estrutural, havendo reciprocidade, enriquecimento mútuo, com tendência à horizontalização das relações de poder entre os campos implicados. Exige a identificação de uma problemática comum, com o levantamento de uma axiomática teórica e/ou política básica e de uma plataforma de trabalho conjunto, colocando-se em comum os princípios e os conceitos fundamentais, esforçando-se para uma decodificação recíproca da significação, das diferenças e convergências desses conceitos, e desta forma gerando uma fecundação e aprendizagem mútua que não se efetua por simples adição ou mistura, mas por uma recombinação dos elementos internos.

Sendo assim, é importante salientar que, estes novos espaços criados pela interdisciplinaridade, possibilitam ao Serviço Social expandir seus conhecimentos para novas áreas de atuação profissional, além de oportunizar a sociabilização de suas habilidades e especificidades com as outras áreas que possa estar operando em uma prática interdisciplinar.

Diante do exposto, podemos enfatizar que o profissional que apresenta uma atitude interdisciplinar deve perceber a importância do conhecimento das diferentes áreas envolvidas, bem como sua contribuição não só para o progresso do conhecimento, mas também para uma restauração dos direitos tão necessários nos dias atuais, isso significa ter um nível superior de maturidade e comprometimento.

A interdisciplinaridade exige do profissional envolvido um elevado grau de conhecimento, que o torne capaz de dividi-lo em trabalhos com outros agentes, encontrar elementos para debater o seu lugar na equipe e encontrar nas discussões pertinentes ao seu domínio interventivo, os conteúdos plausíveis de uma práxis interdisciplinar. Desta forma o profissional vai descobrir-se com um espírito de equipe, caso contrário, ela pode contribuir para a reprodução de uma imagem generalista, e reforçar significados distorcidos da visibilidade da profissão.

Outra questão a ser observada em práticas interdisciplinares é o cuidado com as fronteiras, ou seja, o profissional quer trabalhar de forma interdisciplinar, mas fica preocupado em assegurar a integridade dos conhecimentos e especialidades da sua área, deixando de dar a sua contribuição em torno de objetos que necessitam de sua intervenção.

As práticas interdisciplinares têm se destacado na área da educação e inúmeros educadores/pesquisadores têm recorrido a estes novos caminhos para sua atuação. Desta forma no próximo item iremos abordar a interdisciplinaridade como um paradigma para a educação e como atitude possível diante do conhecimento.

2.2 A ação pedagógica e a interdisciplinaridade

A questão da educação nunca foi tão evidente na história do Brasil, nos meios de comunicação social, na vida política ou na consciência do cidadão comum, a sociedade tem reconhecido a importância da educação para o desenvolvimento social, assim como, podemos perceber a sua insatisfação com relação à quantidade e à condição dos serviços

educacionais prestados, seja pelo setor privado, seja pelo setor público, o qual se destaca pelo sucateamento e a deficiência de qualidade das escolas e universidades, bem como a falta de incentivo aos profissionais que atuam nesta área.

Na atual conjuntura brasileira muito tem se falado sobre os desafios da educação, mas não devemos ignorar que a educação é sempre um ato político, ou seja, é preciso pensar a educação como uma demonstração das lutas de classes, das desigualdades sócio-econômicas e dos antagonismos, uma vez que a sociedade contemporânea vem descobrindo, de distintas formas, a necessidade de se rever os conhecimentos repassados, os valores pessoais, o ensino e as políticas.

Almeida (2000, p. 20) coloca-nos que:

A educação, enquanto política vem recebendo uma especial atenção, em virtude de uma nítida alteração nos padrões, até então hegemônicos, de organização social da produção. Isso vem ocorrendo em escala mundial e com repercussões bastante significativas no Brasil.

O autor supra citado, nos reporta ainda às mudanças ocorridas no campo educacional a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1996, ao afirmar que “está apresentado um novo projeto educacional para o Brasil, que deve adequar-se a um projeto societário capaz de ajustar a educação escolarizada às necessidades sociais, técnicas e político-ideológicas da atual fase de expansão do capitalismo” (2000, p. 21), sendo que estas mudanças podem ser percebidas em todos os níveis de escolaridade, desde a educação infantil até a educação superior.

Se pensarmos que a educação parte apenas do educador que se limita as salas de aula, estaremos restringindo nossa consciência, uma vez que o papel do educador comprometido e engajado deve ser o de aprender a conscientizar as massas, fazendo com que a sociedade civil transforme-se numa sociedade mais resistente à dominação, haja vista que em uma sociedade dividida em classes antagônicas não há espaço para um diálogo .

Segundo Fazenda (2002, p. 15):

Em alguns casos isolados, certos educadores têm relegado os conteúdos tradicionalmente sistematizados e organizados e partindo, única e exclusivamente, para a organização curricular com base numa exploração indiscriminada de conhecimentos do senso comum. Esquecem-se de que o senso comum, tomado em si mesmo, é conservador e pode engendrar prepotências ainda maiores que o conhecimento científico, entretanto, pode partejar uma nova racionalidade, conduzir a uma ruptura epistemológica em que não se

pode pensar em uma racionalidade pura, mas em *racionalidades* em que o conhecimento não seja privilégio de um, mas de vários (grifos do autor).

Desta forma, conforme relata a autora, “ampliando o diálogo com outras fontes de saber e com o conhecimento científico, o senso comum tende a uma dimensão maior, mesmo que utópica, capaz de enriquecer nossa relação com o outro e com o mundo” (2002, p. 15).

Para que isso aconteça é necessário que o educador busque uma mudança, consciente de seu papel e do papel dos outros, procurando perceber a deteriorização da identidade da instituição escola e de sua função, informando a injustiça social e a discriminação.

Entretanto, podemos perceber que a grande dificuldade na área da educação é a preparação dos educadores, não porque estes apresentam dificuldade na aprendizagem técnica do procedimento, mas a dificuldade está na criação de uma nova atitude, qual seja o diálogo. Isso significa uma troca de conhecimentos entre os educadores para que estes possam atingir os objetivos almejados e melhorar cada vez mais as condições do ensino brasileiro, através de um comprometimento e de um envolvimento com os projetos e as pessoas neles envolvidas.

Neste sentido, nos últimos anos a idéia central nos congressos, reuniões e seminários de capacitação dos educadores tem como palavra-chave a interdisciplinaridade, tanto nas propostas educacionais do Brasil como em alguns outros países.

Podemos observar que embora muito expressada, a maioria dos educadores não sabem como tratar da questão interdisciplinar, conforme aponta Fazenda (2002, p. 14):

[...] ela apenas se faz anunciar, e os educadores não sabem bem o que fazer. Sentem-se perplexos com a possibilidade de sua implementação na educação, e em alguns casos essa perplexidade traduz-se na tentativa de construir novos projetos para o ensino. Em todos esses projetos, contudo, percebe-se a *insegurança* (Grifo do autor).

O que podemos salientar é que para por em prática um projeto interdisciplinar, devemos ultrapassar inúmeras barreiras, sejam elas de ordem material, pessoal, epistemológica ou institucional, as quais devem ser transpostas pelo anseio de inventar, inovar e ultrapassar, ou seja, tornar-se um profissional, seja ele pesquisador ou educador, comprometido com a sociedade.

Com relação a este comprometimento Freire (1982, p. 17) nos assinala:

[...] a primeira condição para que um ser pudesse exercer um ato comprometido era a sua capacidade de atuar e refletir. É exatamente essa capacidade de atuar, operar, de transformar a realidade de acordo com as finalidades propostas pelo homem, à qual está associada sua capacidade de refletir, que o faz ser um ser da práxis.

Neste sentido, quanto mais capacitado e experiente for o profissional, mais responsabilidade diante da sociedade apresentará, assim terá que perceber a realidade como uma totalidade que está em constante interação, sendo que sua ação deverá incidir na totalidade para que haja uma transformação desta realidade, conforme destaca Freire (1982, p. 21):

Na medida em que o compromisso não pode ser um ato passivo, mas uma práxis – ação e reflexão sobre a realidade –, inserção nela, ele implica indubitavelmente um conhecimento da realidade. Se o compromisso só é válido quando está carregado de humanismo, este, por sua vez, só é conseqüente quando está fundado cientificamente. Envolve, portanto, no compromisso do profissional, seja ele quem for, está a exigência de seu constante aperfeiçoamento, de superação do especialismo, que não é o mesmo que especialidade. O profissional deve ir ampliando seus conhecimentos em torno do homem, de sua forma de estar sendo no mundo, substituindo por uma visão crítica a visão ingênua da realidade, deformada pelos especialismos estreitos.

Mas, para que este projeto interdisciplinar aconteça, é necessário que a escola abra as portas de suas salas de aula, para que o educador possa por em prática sua ação e reflexão, possibilitando-lhe a oportunidade de aprender com os seus alunos, porém não deixando de exercer seu papel de mestre, ou seja, de conduzir o processo com sabedoria, vendo no aluno e mostrando a ele aquilo que nem mesmo ele viu em si próprio, sua criatividade e inovação.

Diante disso, conforme destacado por Fazenda (2002, p. 49):

São muito poucas as instituições educacionais que acolhem o professor comprometido, que valorizam o seu trabalho, propiciando também a infra-estrutura necessária para sua execução. Nessas poucas instituições encontramos sempre o *germe* de projetos interdisciplinares de ensino, em que *a tônica é o diálogo*, e a marca, *o encontro*, a *reciprocidade*. São “nichos” onde o professor bem-sucedido pode se ancorar. São terrenos férteis, onde a semente da interdisciplinaridade poderá vingar, crescer e dar frutos (Grifos da autora).

O que se espera, nos tempos atuais, do educador é que este contemple as questões que o norteiam, evidenciando uma postura epistemológica com uma abrangência de conhecimento mais global, atravessando as barreiras disciplinares de uma área específica

de saber, proporcionando uma restauração das relações entre maneiras díspares de pensamentos e práticas.

De certo modo, o educador tem a difícil tarefa de, através de sua práxis, implementar projetos interdisciplinares em uma cultura do conhecimento enfraquecida pela compartimentalização, que está centrada na disciplinarização, formada a partir da especialização. Estes projetos interdisciplinares se constroem com o embate ou a confrontação entre as áreas do conhecimento, isto significa que uma das características a ser realçada no educador é o fato deste não limitar as práticas interdisciplinares somente ao plano teórico, o que o torna subjetivo, mas também envolvê-las nas práticas pedagógicas, uma vez que permite uma cultura dialógica, a qual promove e elabora conhecimentos e habilidades destinados ao desenvolvimento de uma consciência social libertadora.

Ao educador interdisciplinar, portanto, coloca-se uma nova cognição: aquela que introduz o diálogo entre diferentes campos de saber, acercando-se de uma atitude e de uma postura que orientam a necessária interação entre profissionais, seu conhecimento e prática. Esse diálogo sugere que se assumam responsabilidades pelo pensamento, pelo anseio, pela competência de contextualizar e discorrer que nos conduzem à capacidade para organizar estratégias de práxis.

Mas, no campo da educação, nota-se a falta de esforços por parte dos educadores, individuais e coletivos, no sentido de mudar sua postura, procurando criar a sua própria metodologia para constituição do saber, através da pesquisa da realidade em todas as suas probabilidades e interface, dando sustentação às suas idéias e eficácia à sua prática, pressupondo um indivíduo comprometido com a problemática educacional e ciente de que a exclusão social, econômica e educacional integram decisivamente nosso cotidiano de vida.

Nesta perspectiva o assistente social passa a ser chamado a contribuir de forma sólida com o processo de efetivação da política educacional, devido à contribuição que a categoria pode dar, através da apresentação de alternativas para o enfrentamento da problemática educacional, viabilizando o direito à cidadania, uma vez que o assistente social pode cooperar na reflexão e elaboração de práticas mais democráticas, humanas e críticas.

De acordo com o exposto, podemos identificar a área da Educação como um campo de trabalho promissor para a intervenção profissional do assistente social, principalmente no que tange as práticas interdisciplinares, as quais serão destacadas nas próximas considerações.

2.3 O Serviço Social e a interdisciplinaridade na educação

O Serviço Social adquire uma visão de trabalho politicamente orientado, a partir dos anos de 1960, quando apresenta uma ruptura com o projeto assistencial/beneficente, passando a se reconhecer como imerso no processo de lutas de classes e crítico do sistema capitalista de exploração e dominação, conforme nos aponta Faleiros (1996).

Neste sentido, percebe-se que as mudanças que vêm ocorrendo com o Serviço Social estão relacionadas às transformações do sistema capitalista, exigindo que o assistente social tenha uma visão global das relações sociais e seja capaz de situar o homem como um sujeito de sua própria história e assim abrir espaços para discussões mais profundas de seu agir profissional e de sua elaboração teórica.

As mudanças que vem ocorrendo com estes indivíduos passam a constituirlos como sujeitos políticos e faz com que os excluídos do mercado de trabalho sejam formadores de novas categorias que, através de sua articulação, passam a produzir movimentos sociais importantes na atual conjuntura brasileira. Seguindo esta lógica Faleiros (1996, p. 16) destaca: “É preciso que os trabalhadores sociais desenvolvam ainda mais sua capacidade crítica frente às instituições e sua capacidade política de pensar e agir estrategicamente para enfrentar com eficácia os problemas que se lhe colocam no presente para o futuro”.

Do ponto de vista do período histórico que estamos vivendo, é possível considerar que as transformações societárias estão interferindo nas relações sociais, bem como na forma como as profissões procuram realizar suas intervenções e estabelecer suas estratégias, o que também está refletindo no Serviço Social, como nos assinala Netto (1996, p. 88), quando chama a atenção para alguns equívocos que, segundo ele devem ser evitados, dos quais, pode-se destacar que:

[...] é o que chama de “fuga para o futuro”, ou seja, a preocupação em examinar possibilidades de desenvolvimento servindo como justificativa da ausência de atenção para com as realidades atuais. Assim, os dilemas contemporâneos são deslocados, na pesquisa, pela centralidade conferida ao que se supõe seja (ou será) o novo. Saltar para diante é, frequentemente uma boa saída para escapar às dificuldades presentes.

[...] converter a *prospecção*, entendida como análise projetiva, em operação *especulativa*, ou seja: a partir da consideração abstrata de alguns dados emergentes da vida social, tende-se a inferir um quadro geral hipostasiado que configura o cenário futuro. A especulação, comumente associada a um discurso prescritivo, tem em geral se mostrado como o rosto falacioso de prospecção (grifos do autor).

Desta forma, é importante ressaltar a necessidade de se discutir a atual conjuntura, que está sob a hegemonia burguesa e que apresenta um cenário econômico e político desfavorável, em que as alterações profissionais têm resultado principalmente deste processo de interação entre as transformações sociais e as tendências e orientações profissionais, acarretando numa reflexão sobre as responsabilidades de cada profissão, o que possibilita ao Serviço Social uma releitura de sua práxis, transformando-se em uma profissão relativamente solidificada.

Estes avanços se devem a esforços coletivos que culminaram em grandes encontros nacionais, como os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS), bem como a elaboração da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), o Código de Ética e a ruptura com o histórico conservadorismo e um novo plano ídeo-político, onde Netto (1996, p. 111) considera, “Numa palavra, *democratizou-se a relação no interior da categoria legitimou-se o direito à diferença ídeo-política*” (grifos do autor) e a construção do projeto ético-político do Serviço Social.

Devemos destacar a importância da articulação entre teoria e prática para que os profissionais apresentem-se comprometidos com o projeto ético-político da profissão. As novas configurações da sociedade e das perspectivas de trabalho vêm requer do assistente social que ele deixe de ser apenas o executor, ajustando-se como planejador e formulador de programas e políticas sociais. Este novo fazer profissional é ressaltado por Iamamoto (1998, p. 20):

“Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de *decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano*. Enfim, ser um profissional *propositivo e não só executivo*” (grifos da autora).

O Serviço Social apresenta constantes desafios, como produzir conhecimentos e propostas de intervenção que visem combater a alienação e a exclusão social, por meio de pesquisas e debates realizados em conjunto com outras áreas do conhecimento, ou seja, em práticas interdisciplinares, o que requer do assistente social um compromisso ético-político que perpassa o campo dos valores capitalistas e individualistas presentes em nossa sociedade, vinculando suas ações aos valores humanos e éticos, conforme Barroco (2003, p. 18):

“[...] no campo da ética não é possível se eximir de escolhas e de responsabilidades, daí a importância do trabalho educativo, do debate coletivo, da participação cívica e política que vincula a profissão à sociedade e exercita os profissionais para uma vivência comprometida com escolhas de valor”.

Com isso, o Serviço Social, tende a uma abertura para o diálogo interdisciplinar, gerando uma interlocução com profissionais de outras áreas e importantes teóricos e intelectuais de diferentes países, procurando transpor esta lógica de subalternização e divisão social ainda dominante, através da união de várias disciplinas com o objetivo de estabelecer uma totalidade humana.

As práticas interdisciplinares passaram a ser debatidas recentemente no Serviço Social e tem sua atuação voltada para diversas vertentes, conforme nos aponta Vasconcelos (1997, p. 133), porém carece de literatura, haja vista o número reduzido de autores que tem abordado o tema interdisciplinaridade, as quais, em sua maioria, estão direcionadas a área da saúde.

Vasconcelos (1997, p. 151), destaca a experiência do trabalho do assistente social em equipes multiprofissionais na área da saúde, mais especificamente na saúde mental, onde segundo ele “não há a menor sombra de dúvida que o setor de saúde mental, dentro do conjunto do setor de saúde, é reconhecido hoje no país como o que mais avançou na direção da interdisciplinaridade”.

Em busca de uma atitude interdisciplinar o assistente social deve fazer uma reavaliação de sua práxis, considerando seu projeto ético-político, o qual apresenta inúmeros elementos que exigem recursos político-organizativos e intervenções teórico-práticas, para que haja um compartilhamento com outras áreas do conhecimento, tornado possível a realização de suas ações em todos os níveis de intervenção profissional. Severino (2002, p. 17) afirma: “Daí, se uma visão interdisciplinar, unificada e convergente, se faz necessário no âmbito da teoria, ela será exigida igualmente no âmbito da prática, seja esta a prática da intervenção social, a prática pedagógica ou a prática da pesquisa”.

Isto nos chama a atenção sobre a importância de inserirmos o tema interdisciplinaridade em nossos currículos como conteúdo programático em determinadas disciplinas, como pretensão da quebra das fronteiras que impedem a dimensão de totalidade necessária ao processo educativo, proporcionando uma relação entre o sujeito e o objeto, através de uma articulação do saber com o real.

Esta busca pela interdisciplinaridade requer do assistente social um ato político que possa abordar os ideais do atual projeto de formação profissional, por meio de um desempenho educativo destes profissionais com as classes populares, seja na luta por uma melhor qualidade de vida ou na busca por uma reavaliação do saber em suas relações com o poder.

Do ponto de vista da esfera de ensino, a prática interdisciplinar do assistente social pode ser evidenciada em decorrência da ação pedagógica multiplicadora, ou seja, o campo educacional tem enfrentado inúmeras mudanças causadas pelas transformações sociais produtivas o que acarretou num aperfeiçoamento teórico e interventivo, viabilizando um novo espaço de atuação profissional do assistente social.

Para Almeida (2000, p. 20):

Os novos significados que o campo educacional passou a ter para os assistentes sociais, contudo, podem ser examinados a partir de dois eixos: a posição estratégica que a educação passou a ocupar no contexto de adaptação do Brasil à dinâmica da globalização e o movimento interno da categoria, de redefinição da amplitude do campo educacional para a compreensão dos seus espaços e estratégias de atuação profissional.

Deste modo, podemos destacar que não se trata meramente do Serviço Social estar interessado em uma possibilidade de ampliação do mercado de trabalho, mas sim de uma reflexão política, teórica e profissional sobre sua função social com relação os direitos e políticas sociais diante do esforço da sociedade, na luta por sua cidadania, sendo que isto acontece na medida em que possa haver uma articulação com os movimentos sociais, com o intuito de construir um novo projeto societário.

A necessidade de um diálogo e aproximação dos educadores com profissionais de outras áreas, como é o caso do Serviço Social, pode ser observada como uma estratégia para o desenvolvimento de suas próprias atividades, haja vista que com esta articulação que existe em uma equipe multiprofissional torna-se mais fácil o enfrentamento dos fragmentos da questão social.

Trabalhar com esta realidade demanda do profissional mais do que competências e habilidades, é necessário um trabalho contínuo de capacitações e a formação de equipes interdisciplinares que construam alternativas principalmente no campo das políticas sociais. Cabe aos educadores, psicólogos, assistentes sociais entre outros profissionais que se destacam na área da educação dispor de novos perfis, não mais voltados ao seu conhecimento específico, mas que atendam as demandas sociais.

Neste sentido, destacamos que o trabalho do assistente social na educação não está aqui representando somente o espaço escolar, mas sim a amplitude da política educacional, seja em seu conjunto de práticas sociais, desde a educação infantil até o ensino superior ou o conjunto de profissionais e instituições diversificadas, como associações de pais e moradores, sindicatos, entre outros.

Algumas atividades do assistente social na educação têm como foco a mobilização e organização política de grupos sociais, a garantia da permanência da população nas instituições educacionais, bem como a garantia da qualidade dos serviços prestados no sistema educacional, ou seja, pensar a política educacional em sua dinâmica e estrutura, destinadas à conquista de direitos e ao enfrentamento das desigualdades.

Neste sentido, salientamos que as práticas interdisciplinares têm ampliado cada vez mais as áreas de atuação do assistente social, porém sem que este deixe de socializar, com as demais áreas do saber, suas especialidades e habilidades, proporcionando uma troca de experiências em práticas profissionais cooperativas e reflexivas.

3. O PROCESSO INTERDISCIPLINAR DO PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE

Com o desígnio de apresentar a proposta interdisciplinar do Projeto Aprendendo no Esporte, neste capítulo estaremos abordando as atividades realizadas, bem como analisando a importância destas para nossa formação profissional, além de apresentarmos algumas considerações em relação ao processo interdisciplinar do mesmo.

3.1 A proposta interdisciplinar do Projeto Aprendendo no Esporte

Durante o período de estágio foram desenvolvidas atividades práticas que envolveram a participação em reuniões semanais, em capacitações, em ações sócio-educativas e oficinas com 90 (noventa) crianças e 30 (trinta) adolescentes (APÊNDICE A), em encontros de pais e em visitas domiciliares, o que ampliou os conhecimentos teórico-metodológicos e possibilitou uma integração com os profissionais que atuaram no Instituto Guga Kuerten, mais precisamente no referido Projeto.

Uma vez por semana foram realizadas reuniões semanais de avaliação e planejamento pela equipe interdisciplinar do Projeto Aprendendo no Esporte, que apresentava em sua composição profissionais das áreas de Educação Física, Pedagogia, Serviço Social e Psicologia. Estes tinham como objetivo fazer uma avaliação das atividades desempenhadas na semana anterior, fazer o planejamento das atividades para a semana seguinte e conseqüentemente aperfeiçoar e trocar seus conhecimentos técnicos específicos de cada área, oportunizando momentos de cooperação e reflexão entre os membros da equipe.

Um dos motivos que nos instigou a ampliarmos nossos conhecimentos sobre interdisciplinaridade foram estas reuniões de planejamento e avaliação, uma vez que, analisando o desenvolvimento das referidas reuniões foi possível observar que, em muitas delas nossa equipe de trabalho não se ateve à prática interdisciplinar, ou seja, apresentou-se com ou equipe pluridisciplinar, possuindo objetivos comuns, mas não possuindo uma coordenação entre as áreas de conhecimento, pois cada um elaborava individualmente sua atividade.

Desta forma observou-se a necessidade de avaliarmos com mais propriedade o processo interdisciplinar do Projeto, procurando definir como estava contextualizado de fato, uma vez que na prática cada área atuava de forma isolada e em conversas entre os estagiários de Serviço Social e Psicologia havia unanimidade de entendimento em relação à prática, que para ambos se caracterizava como pluridisciplinar, mas numa fase intermediária, rumo à interdisciplinaridade.

Isso nos levou a avaliarmos cada momento da reunião, a maneira como se executava cada oficina e também a prática dos profissionais nestas oficinas, procurando observar a forma como eram desempenhadas as atividades e, do ponto de vista macroscópico, como estas se adaptavam no processo interdisciplinar e por fim procurando trazer possíveis soluções para que as barreiras diagnosticadas pudessem ser solucionadas.

Uma das barreiras enfrentadas foi o fato de alguns profissionais da equipe estarem sempre criando empecilhos nas situações em que eram questionados sobre o objetivo de se trabalhar de forma interdisciplinar, dizendo estarem cientes do significado do termo, porém na prática ficava evidente a falta de embasamento teórico diante da proposta a qual haviam se prontificado a trabalhar.

Com relação a estes posicionamentos podemos considerar o que nos aponta Nogueira (1998, p. 47):

[...] a alteração do processo de trabalho, do individual e solitário, para a ação em equipe interdisciplinar traz, usualmente, tensões e receios que decorrem da ameaça ao saber e à prática profissional, do desvelamento de possíveis fragilidades técnicas e teóricas, do medo de confrontos emocionais, da insegurança quanto a críticas e convívio interpessoal. Estes sentimentos não são explicitados, mas se expressam em resistências a mudança, que podem ser superados com coordenação adequada.

O Serviço Social trabalha em conjunto com a Educação Física na coordenação e supervisão das ações desenvolvidas no decorrer das semanas e com isso, auxiliam na avaliação e organização do referido Projeto, nas reuniões de planejamento e avaliação, além de participar de projetos sociais como apoio técnico e na busca de parceiros que estejam dispostos a investir financeiramente nos mesmos.

O trabalho realizado pelo assistente social no Projeto Aprendendo no Esporte norteia-se pelo Código de Ética e pelo projeto ético-político da profissão, além de estar relacionado com os três eixos articuladores apresentados por Lima (2004, p. 6-7), quais sejam, Processos Políticos Organizativos, através dos encontros realizados mensalmente

com os pais, Processos de Planejamento e Gestão, através do planejamento, desenvolvimento e avaliação dos projetos educativos, assim como do próprio Projeto e Processos Sócio-Asistenciais, por meio da intervenção com as famílias, utilizando-se de ações sócio-emergenciais e sócio-educativas.

O trabalho interdisciplinar no Projeto caracteriza-se pela reunião de planejamento e avaliação realizada semanalmente pela equipe, sendo que esta é a ocasião em que cada educador apresenta sua avaliação, por escrito, das atividades concretizadas com as crianças e adolescentes e dos fatos mais significativos da semana, favorecendo uma reflexão e a troca de conhecimento. A avaliação é um dos momentos mais respeitáveis da reunião, pois segundo Marino (1998, p. 13) “[...] o papel da avaliação está explícito ao: **construir momentos reflexivos** que permitam aos indivíduos a análise da realidade e dos fatos, para daí direcionarem suas ações, aprendendo pela experiência” (Grifo do autor).

Os projetos educativos também foram elaborados nestas reuniões, a partir de um tema proposto pela equipe, que em seguida foram desmembrados em vários sub-temas, os quais foram trabalhados nas oficinas realizadas com as crianças e adolescentes, e posteriormente avaliados em reunião, destacando os momentos essenciais desta atividade, proporcionando a troca de idéias entre os educadores e promovendo o planejamento da próxima atividade. Os projetos educativos realizados pela equipe do Projeto Aprendendo no Esporte, no decorrer do ano de 2005, foram “A Arte de Conhecer”, “Os Anjos do Pacto”, “São João”, “Aprender Brincando”, “Do Boi-de-Mamão ao Hino Nacional” e “Drogas, tô Fora!”. Todos estes projetos educativos foram executados com as 120 crianças e adolescentes do referido Projeto. A seguir apresentamos a um breve relato dos seus objetivos.

Como o tema “A Arte de Conhecer”, o primeiro projeto educativo a ser implantado, teve como objetivo a apresentação do Projeto Aprendendo no Esporte aos educandos, bem como proporcionar uma convivência entre os mesmos, distinguir as expectativas do grupo em relação ao projeto, trabalhar os valores familiares, as relações e dinâmicas das famílias, haja vista que neste projeto foram elencados assuntos como: pacto de convivência, higiene bucal, relacionamentos familiares e relações interpessoais, o que possibilitou aos educadores um momento de conhecimento da realidade em que estão inseridos estas crianças e adolescentes e suas famílias.

Os educadores destacaram a necessidade de um projeto que possibilitasse às crianças e aos adolescentes um comprometimento maior em relação ao pacto de convivência, e com base nesta perspectiva formulou-se um novo projeto educativo “Os Anjos do Pacto” que

teve como objetivo promover o comprometimento destas crianças e adolescentes, oferecendo a eles o papel de anjo, para que pudessem exercer e fazer com que os outros também praticassem as regras não-negociáveis do Pacto de Convivência, através da criação de anjos como: Anjo da Natureza, Anjo da Paz, Anjo da Higiene, entre outros.

O projeto educativo “São João” procurou contemplar as festas juninas, prevendo a elaboração de uma Festa Junina. Neste sentido, o objetivo principal dos educadores foi envolver as crianças e adolescentes na preparação da festa, desse modo, deveriam programar a festa, fazer a decoração e o ensaio da quadrilha ao mesmo tempo em que tiveram oportunidade de conhecer um pouco da história das festas juninas. Nesta Festa Junina também foi concedido aos adolescentes, um momento para que estes pudessem apresentar aos seus pais ou responsáveis uma das atividades que teve início no Projeto Educativo “A Arte de Conhecer”. Na atividade que simulava a utilização da renda mensal foi possível oportunizar aos 30 (trinta) adolescentes um espaço destinado à participação na organização de barracas com mercadorias que receberam valores fictícios, mas pertinentes, estipulados pelos próprios adolescentes que se comprometeram em vender tais mercadorias durante a festa, com o objetivo de analisar as reações dos participantes da festa e a importância de se observar os preços das mercadorias distribuídas pelos comércios locais e posteriormente fazer uma avaliação procurando identificar quais foram as lições aprendidas nesta atividade (APÊNDICE B).

Em seguida, os educadores consideraram pertinente elaborar um projeto que encaixasse a escola e o Projeto Aprendendo no Esporte, desta forma formularam o projeto educativo “Aprender Brincando” que tinha como objetivo relacionar as matérias estudadas na escola, tais como matemática, português, história, ciências, entre outras, com o cotidiano das crianças e adolescentes no Projeto.

O objetivo do projeto educativo “Do Boi-de-Mamão ao Hino Nacional” foi desenvolver um projeto, em que as crianças aprenderam, ensaiaram e apresentaram o Hino Nacional e os adolescentes construíram os bichos e apresentaram o Boi-de-Mamão, no 2º Encontro de Integração dos projetos do Instituto Guga Kuerten, no mês de outubro de 2005, contando com a participação dos demais Projetos do referido Instituto.

O último, mas não menos importante projeto educativo realizado, recebeu o nome de “Drogas, tô Fora!” e procurou trabalhar a prevenção, as causas que levam as pessoas a usar drogas e as consequências do uso de todos os tipos de drogas, sejam elas lícitas ou ilícitas, tendo como ponto de partida a cartilha “Viva mais e melhor, de bem com você de bem com a vida”, a qual não foi trabalhada somente com as crianças e adolescentes, mas também

com os pais nos encontros realizados pelo Projeto Aprendendo no Esporte, tendo em vista ser uma temática complexa em que estes apresentam dificuldades para abordar com seus filhos.

Estes temas apresentados nortearam as atividades realizadas no Projeto, junto às crianças e aos adolescentes, suas famílias e educadores, transformando-o em um espaço de informação, convivência, prevenção, recreação e aprendizado, ampliando as relações entre os educadores, as crianças e adolescente, suas famílias e as escolas.

Outro ponto que devemos destacar diz respeito à elaboração destes projetos educativos, considerando-se que a participação dos educadores foi mais intensa nos primeiros projetos, pois todos procuravam dar suas sugestões e era possível identificar momentos em que a prática interdisciplinar estava presente, no entanto, no decorrer do processo as atitudes de alguns membros da equipe modificaram seu curso e tornou-se evidente, para alguns estagiários da Psicologia e Serviço Social, certa dificuldade, devido à falta de comunicação e de interesse na troca de conhecimento.

No final de cada projeto educativo foi elaborado um relatório, como um instrumento de encaminhamento de recomendações, que contemplou todas as informações pertinentes e que destacou a relação entre as atividades desenvolvidas com os quatro pilares anteriormente mencionados. Também é importante ressaltar que estes projetos educativos não possuíram um tempo de execução determinado, uma vez que este teve variações de acordo com a complexidade do assunto abordado.

Do mesmo modo, outro momento importante da reunião foi o planejamento, pois através dele foram formuladas as ações a partir de um processo racional, com dimensões políticas e sociais, que implica em reflexão crítica, decisão e ação. Para Barbosa, (1991, p. 28): “O processo de planejamento supõe um método, uma ordenação ou caminho, o que em última instância poderá ser encontrado nos hábitos e capacidade da inteligência humana, nos processos de conhecimento e da ação”.

O planejamento apresentou-se como um dos instrumentos mais importantes da equipe, tendo em vista que através dele foi possível saber qual seria a atividade que cada educador deveria desempenhar em determinado momento, facilitando o trabalho interdisciplinar. Caso ocorressem imprevistos e algum educador tivesse que ser substituído por outro, este poderia realizar a atividade sem maiores problemas, haja vista que tudo estava planejado com antecedência e em conjunto, neste sentido, todos os educadores sabiam quais as atividades que cada um em particular pretendia disponibilizar às crianças e aos adolescentes.

Desta forma, tornou-se indispensável a prática interdisciplinar no momento em que foram planejadas as ações, porque facilitou o processo de trabalho e a interação dos educadores, proporcionando um diálogo que possibilitou a parceria, premissa maior da interdisciplinaridade.

Para se tornarem efetivas, as políticas sociais precisam abranger o objetivo de atender de maneira integral as crianças e os adolescentes, mas para que isso ocorra é necessária também uma inserção junto de suas famílias. Assim, o Projeto Aprendendo no Esporte, preocupado em aperfeiçoar a convivência familiar e em fortalecer as relações entre pais e filhos, ofereceu encontros de pais, uma vez por mês no espaço onde foi realizado o Projeto, expandindo as relações entre família – educando – Projeto, uma vez que nestes encontros foram discutidos temas apresentados pelos participantes do encontro. Sua estrutura caracterizou-se por palestras e dinâmicas, relacionadas ao tema abordado no dia, as quais têm participação constante dos componentes deste encontro.

Nestes encontros não podemos apontar práticas interdisciplinares, já que não houve participação de outras áreas, somente do Serviço Social e, às vezes, da Psicologia. Assim, os encontros foram pensados e elaborados por assistentes sociais, sendo que muitas vezes os participantes demonstraram o interesse na participação das demais áreas, para que pudessem conhecer os profissionais que atuavam com seus filhos e também para trocar idéias e saber como seu filho se comportou nas atividades realizadas. Porém, como os encontros foram realizados à noite, muitos profissionais tinham outros compromissos e não foi possível estarem presentes em nenhum encontro.

As atividades realizadas com as crianças e os adolescentes estavam estruturadas em três oficinas, conforme nos aponta Hackebart (2004, p. 49): Tênis, Esportes Complementares e Pedagógica. No entanto, depois de vários momentos de reflexão com a equipe, observou-se que só havia uma prática interdisciplinar nos momentos em que a Psicologia atuava em conjunto com as oficinas, seja no Tênis, com a de Esportes Complementares ou com a pedagógica, haja vista que as demais atividades eram desempenhadas individualmente, ou seja, cada área de conhecimento trabalhava sua especialização não havendo uma correlação entre elas.

Diante disso, optamos por uma mudança estrutural para que, assim pudéssemos atingir nosso objetivo e alcançar a interdisciplinaridade. Esta mudança ocorreu da seguinte forma: as oficinas de Tênis e Esportes Complementares continuaram existindo, porém, nelas foi incorporada a oficina Pedagógica que intercalou da mesma forma como as

oficinas de Psicologia e Serviço Social. Assim, quando a Pedagogia estava atuando com o Tênis, a Psicologia ou o Serviço Social estava atuando com os Esportes Complementares.

O planejamento passou a ser feito em conjunto e toda a semana haviam atividades que eram realizadas integrando as áreas do conhecimento, mas as alterações no processo ocorreram de forma gradativa, pois as crianças que antes eram divididas em três turmas nos dois períodos, manhã e tarde, foram agrupadas em duas turmas apenas, também nos dois períodos, o que provocou um aumento do número de crianças em cada turma, exigindo ainda mais comprometimento e agilidade por parte dos educadores.

Esta estratégia proporcionou uma facilidade para os educadores no momento em que algum deles precisou afastar-se, já que por ser um trabalho interdisciplinar, sempre havia mais de um educador em cada grupo, contudo, notamos que quando um educador se ausentava, deixava uma lacuna impossível de preencher e nesta ocasião percebíamos que a especialização também é muito importante. Ou seja, o trabalho interdisciplinar exige dos profissionais que estes saibam dividir seus conhecimentos, mas também que tenham completa habilidade e domínio de sua especialidade para que, através da cooperação seja possível proporcionar às crianças e adolescentes um trabalho integrado e de complementação.

Perante esta análise, foi possível detectar a existência de uma fragmentação em nosso trabalho, bem como favoreceu aos profissionais uma visualização de como se sentiam e analisavam a sua especialidade e a sua relação com a totalidade, procurando observar seu papel enquanto membro da equipe, seu entrosamento, relacionamento e a busca da interação e complementação de papéis. Isso ficou mais evidente em dinâmicas realizadas aos educadores, pelas estagiárias da Psicologia, nas reuniões de planejamento e avaliação, nas quais foi possível fazer ponderações com relação ao trabalho realizado.

Os cursos de capacitação realizados durante este período, foram importantes para os educadores, haja vista que nestas ocasiões foi possível analisar o trabalho realizado, bem como proporcionar conhecimentos teóricos e práticos aos profissionais que atuam em todos os projetos do Instituto Guga Kuerten. Este foi um momento que propiciou a troca de experiências e isso para o nosso processo de formação é fundamental e foi num destes momentos que a equipe se reuniu para considerar as atividades desenvolvidas, que chegamos à conclusão de que se apresentava fragmentada, não havia um trabalho interdisciplinar e alguns educadores sugeriram que fosse efetuado um estudo com mais tenacidade, procurando esclarecer todas as dúvidas da equipe sobre como proceder para atingir o êxito e assim obtermos com eficiência nosso objetivo interdisciplinar.

Porém, para que o educador possa aprender a interdisciplinaridade, é necessário, que este perceba-se interdisciplinar, e para que isso ocorra observou-se a necessidade de um projeto interdisciplinar inicial, que faça os indivíduos envolvidos sentirem o desejo de fazer parte do referido projeto, procurando compreender e respeitar o percurso que cada um cultivar na busca de sua autonomia.

Neste sentido, torna-se adequado assinalar a opinião de Alves (2004, p. 37) que aponta: “Não sei como preparar o educador. Talvez porque isso não seja nem necessário, nem possível... É necessário acordá-lo... Basta que o chamemos do seu sono, por um ato de amor e coragem. E talvez, acordados, repetirão o milagre da instauração de novos mundos”.

Diante do exposto, a seguir estaremos apresentando as áreas de conhecimento que atuam no Projeto Aprendendo no Esporte, a importância destas para o desenvolvimento pessoal, social e cultural das crianças e dos adolescentes do referido projeto, bem como algumas sugestões de como melhorar o trabalho destes profissionais, para que as práticas interdisciplinares possam estar em evidência, proporcionando um ambiente de aprendizado tanto para quem utiliza o Projeto, como também para os educadores que fazem deste processo.

3.2 Sugestões de transformação e aproveitamento das áreas do saber que atuam no Projeto Aprendendo no Esporte

Conforme pontuado anteriormente, o Projeto Aprendendo no Esporte possui uma equipe de profissionais que atuam em diversas áreas do saber, o que possibilita um intercâmbio de informações, proporcionando assim, um crescimento profissional, tendo em vista a necessidade de se utilizar os instrumentais teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativos.

Participar de um Projeto onde estão inseridas várias áreas do saber como Serviço Social, Educação Física, Pedagogia e Psicologia, não é tarefa fácil, às vezes as idéias não correspondem, normalmente há divergências e é preciso chegar a um consenso. Todavia, ao falarmos na equipe interdisciplinar do Projeto Aprendendo no Esporte, precisamos observar o empenho dos coordenadores e supervisores, das áreas do Serviço Social e da Educação Física, que procuram realizar constantes cursos de capacitação, que possibilitam

e viabilizam as relações pessoais, bem como o excelente trabalho realizado pelas estagiárias da Psicologia que, freqüentemente, realizam atividades com os educadores, que visam a cooperação e reflexão da nossa práxis.

Estas ações refletem no trabalho realizado pelos educadores com as crianças e os adolescentes, haja vista que a maior parte do conhecimento adquirido nestes cursos anteriormente destacados são colocados em prática nas atividades desempenhadas no dia-a-dia de cada educador, o que propicia um ambiente agradável e promissor, além de instigar o educador a meditar sobre a sua forma de atuação.

Assim, é muito importante sugerir que estes cursos de capacitação continuem a ser realizados para que, na medida em que novos profissionais, sejam eles estagiários ou não, tenham a oportunidade de participar desta equipe de trabalho, não só do Projeto Aprendendo no Esporte, mas em todos os projetos do Instituto Guga Kuerten, também possam ser beneficiados com estes conhecimentos proveitosos e capazes de repassar este aprendizado para outras pessoas que necessitem de sua intervenção.

Destaca-se aqui a importância das mudanças já ocorridas no Projeto Aprendendo no Esporte, através da atuação de nossa supervisora, demais coordenadores e supervisores ao apostar na idéia da interdisciplinaridade, pois através desta atitude foi possível colocar em prática um trabalho unificado entre as áreas, com muito diálogo e integração, como ficou evidenciado nas últimas reuniões de planejamento.

Neste sentido, Fazenda (2002, p. 15) destaca:

O que queremos dizer é que o pensar interdisciplinar parte da premissa de que nenhuma forma de conhecimento é em si mesma exaustiva. Tente, pois, o diálogo com outras fontes do saber, deixando-se irrigar por elas. Assim, por exemplo, confere validade ao conhecimento do senso comum, pois é através do cotidiano que damos sentido a nossas vidas.

Devemos ressaltar ainda que corremos o risco de tornar as práticas interdisciplinares meramente idealizadas, mas para que isso não ocorra devemos instruir os educadores para continuarem a questionar a realidade a que pertencem e o papel ocupado nela, sendo que para que elas ocorram é necessário a eliminação das barreiras entre as disciplinas e entre as pessoas que pretendem desenvolvê-la.

É importante ressaltar que a reunião de planejamento é uma ferramenta muito importante para o desenvolvimento do Projeto e neste sentido sugerimos que os demais projetos do Instituto Guga Kuerten que, por um motivo ou outro ainda não tenham a

possibilidade de realizar reuniões semanais, comecem a pensar nesta idéia para poder melhorar cada vez mais o atendimento as crianças e adolescentes neles inseridos.

Outra sugestão seria uma capacitação específica, aos profissionais do Instituto, procurando esclarecer o que é interdisciplinaridade, tendo em vista que muitos educadores apresentam uma dificuldade em utilizar as práticas interdisciplinares, por não sabe exatamente com o que estão trabalhando. Isso poderia ser efetuado junto com a Psicologia, nos momentos em que estes profissionais realizam atividades com os educadores nas reuniões, seriam espaços criados para o aperfeiçoamento técnico, proporcionando também uma interação e integração maior entre os próprios profissionais.

A interdisciplinaridade não compromete a autonomia de cada saber, mesmo que se tenha a compreensão, conforme nos assinala Severino (2002, p. 18), de que:

A autonomia, a identidade própria de cada especialidade científica, não pode ser levada ao extremo, sob pena de isolar, de forma inadequada, uma parte, um aspecto da realidade humana, isolamento este que tende a uma objetivação, que comprometerá a condição viva de sujeito de que o homem não pode se privar sem deixar de ser homem.

Neste sentido, podemos dizer que na interdisciplinaridade as fronteiras das especialidades se diluem, assim a ação social apresenta-se integrada às exigências de eficácia do agir e da explicação do pensar, utilizando-se da contribuição múltipla e complementar das informações fornecidas por várias áreas do saber, através da colaboração e contribuição dos especialistas destas áreas.

Com base nestas informações as práticas interdisciplinares do Projeto Aprendendo no Esporte passariam a contar com profissionais capacitados e comprometidos com este agir profissional, do contrário, estaremos atuando de forma pluridisciplinar em busca da tão explanada atitude interdisciplinar.

Bochniak (2001, p. 139) diz:

A atitude interdisciplinar que, uma vez percebida, acaba por nos conduzir à percepção de outras tantas contradições da visão fragmentária e/ou dicotômica, que está enraizada também na nossa prática pedagógica, ainda que de forma oculta, velada. Contradições que, naquele exercício de questionar, responder e avaliar, davam-se facilmente a perceber e impunham-se como obstáculos que, a cada um dos participantes e ao grupo como um todo, cabia superar. Contradições que, se a perspectiva da interdisciplinaridade sublinha, a atitude interdisciplinar, despertada, no educador, abomina e não mais admite que possam na escola continuar vigorando.

Esta atitude interdisciplinar nos leva a uma abertura dos horizontes, através do rompimento das barreiras que impedem a visão de totalidade do homem, seja na forma como avaliamos, questionamos ou respondemos é possível manifestá-la por meio das relações de teoria e prática, conhecimento científico e senso comum e de relações entre as próprias áreas do conhecimento.

Contudo, destacamos que o Instituto Guga Kuerten, mais precisamente o Projeto Aprendendo no Esporte, vem buscando a interdisciplinaridade e que todos os profissionais que participam da equipe interdisciplinar estão comprometidos com um agir profissional que promova a garantia de direitos das crianças e dos adolescentes envolvidos neste Projeto, bem como todos têm apresentado interesse em buscar uma atitude interdisciplinar, através da cooperação, integração e intervenção, procurando melhorar cada vez mais o trabalho oferecido, mas sempre observando suas limitações ou suas possibilidades de efetivação.

Assim, podemos avaliar a prática interdisciplinar do Projeto como um processo gradativo que ocorre graças ao comprometimento dos profissionais das diferentes áreas envolvidas, procurando instituir a interdisciplinaridade numa perspectiva humanizadora e de valorização de todos os indivíduos que oferecem ou utilizam desta nova forma de agir, a ser construída no cotidiano desta nova práxis.

Assim, é importante destacar a participação do Serviço Social em Projetos como o Aprendendo no Esporte, por apresentar-se como viabilizador das políticas públicas, através da participação efetiva, no planejamento, na execução e na avaliação das atividades realizadas, procurando utilizar e repassar todo seu embasamento teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político, tanto para a equipe de trabalho, como também junto das crianças e adolescentes que são atendidas pelo Projeto e suas famílias, proporcionando um espaço de promoção dos direitos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, apresentamos a caracterização do Instituto Guga Kuerten, como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), e com isso procuramos esclarecer o processo de implementação da Lei 9.790/99, que surgiu para qualificar estas organizações.

Para elucidar estes temas, primeiramente apresentamos o Instituto Guga Kuerten e a questão social com um enfoque sobre o Projeto Aprendendo no Esporte, tornando-se possível destacar a sua atuação com as crianças e adolescentes que participaram das atividades realizadas pelos educadores do referido Projeto, no decorrer do ano de 2005.

Devemos destacar aqui a importância deste Projeto, principalmente por ser em uma região onde não há espaços adequados para a prática de exercícios físicos à disposição destas crianças e adolescentes, além de proporcionar a eles uma visão mais abrangente do esporte, ou seja, não entendê-lo apenas como uma profissionalização, mas também como uma forma de estar de bem com a vida. Assim, ampliamos a nossa compreensão e o reconhecimento do trabalho realizado por todos os profissionais que fazem parte dele.

Organizações como o Instituto Guga Kuerten atendem crianças e adolescentes de baixa renda que necessitam de um acompanhamento integral, desempenhando seu papel gratuitamente e trabalhando em parcerias com as escolas municipais e estaduais da região, proporcionando a inclusão social e um ambiente que contribui para a estruturação pessoal.

Estas organizações, identificadas como Terceiro Setor, têm “gerado iniciativas diversas para a formação de agentes voltados à intervenção destas organizações sob múltiplos aspectos que permitem desde a captação de recursos, sua administração, até a formação de seus quadros de profissionais e voluntários”, conforme nos indica Yasbek (2000, p. 18), porém a autora também coloca-nos que corremos o risco da privatização de serviços que deveriam ser universalizados no âmbito público.

Estas organizações tem se destacado como um campo promissor para o assistente social, embora como vimos, muitos autores como Montaña (2003), têm questionado e nos remete a uma discussão sobre uma nova modalidade de trato à questão social, com uma perspectiva crítica e de totalidade.

Podemos nos reportar às práticas interdisciplinares realizadas nestas organizações, através das equipes de profissionais que atuam em várias áreas do conhecimento, onde o

assistente social participa de forma efetiva e com uma ação mediadora, favorecendo assim sua inserção em diversas instituições.

Falar em interdisciplinaridade requer uma atitude interdisciplinar, ou seja: “é a ousadia da busca, da pesquisa, a transformação da insegurança num exercício do pensar, num construir. A solidão dessa insegurança individual que vinca o pensar interdisciplinar pode transmutar-se na troca, no diálogo, no aceitar o pensamento do outro”, como diz Fazenda (2002, p. 18).

A interdisciplinaridade é difícil e complexa, pois traz consigo a movimentação histórica de cada área do saber, a postura ideológica, pessoal e profissional de cada membro da equipe e ainda podemos observar uma confusão entre os conceitos multi, pluri, inter e transdisciplinaridade, os quais já foram abordados.

A educação, por exemplo, como tivemos a oportunidade de observar em nossos estudos é um campo propício para o assistente social, haja vista que, na medida em que se destaca sua função social e política na defesa e ampliação das políticas sociais, permite o debate de alguns determinantes que influenciam o processo de ensino-aprendizagem. Vale destacar que na área da educação a atuação do assistente social nas equipes multiprofissionais, de acordo com a intervenção, pode ser entendida como interdisciplinar na medida em que se adequar ao objetivo do trabalho realizado, exigindo do profissional uma atitude interdisciplinar. Sobretudo devemos enfatizar que o campo educacional tem apresentado demandas como a necessidade de se trabalhar com a família das crianças e adolescentes, abrindo assim, um campo de atuação bastante estratégico, onde o assistente social trabalha com questões que lhe são centrais.

O Projeto Aprendendo no Esporte sempre procurou trabalhar num processo interdisciplinar e tem caracterizado sua equipe como interdisciplinar, no entanto, o que se evidencia após este estudo é que muitas mudanças são necessárias para que este processo seja efetivo. Num primeiro momento devemos avaliar se nossos educadores estão realmente interessados em adquirir uma atitude interdisciplinar e para isso será preciso conhecer as práticas interdisciplinares, ou seja, eles precisam entrar em contato com essa troca, essa cooperação, integração e interação, possibilitando assim que cada um avalie sua participação no processo e conheça a interdisciplinaridade.

Do contrário, continuaremos atuando em um processo pluridisciplinar, não que isso seja ruim, mas apenas estaremos atuando com objetivos comuns sem que haja uma coordenação, uma horizontalização, o que nos leva a concluir que ainda ocorre uma fragmentação ou mesmo uma justaposição de conhecimentos.

Neste sentido, concluímos que mesmo encontrando-se em uma fase intermediária, da ação entre a fragmentação disciplinar e a articulação interdisciplinar deve-se ressaltar a importância da busca de uma perspectiva de totalidade, necessária à superação da incompatibilidade entre as áreas do saber, separando as intenções interdisciplinares, transformando-as em ações concretas.

Salientamos que este trabalho não deve ser tomado como concluído, mas sim como o início do debate sobre a interdisciplinaridade, um tema relativamente novo e, por isso, ainda muito complexo, principalmente no campo educacional, espaço de trabalho que o assistente social está começando a conquistar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. O Serviço Social na Educação. **Revista Inscrita, Conselho Federal de Serviço Social**, Ano III – Nº VI – Julho de 2000, p. 19-24.

_____. **Serviço Social e política social: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação.** Palestra proferida no I Encontro de Capacitação de Assistentes Sociais na área da Educação, no dia 28 de março de 2003 em Belo Horizonte. *In: [http://www.cress.sc.org.br/serv%C3%A7o%20Social%20e%20pol%C3%ADtica%20educacional%20Palestra%20Prof.%20Ney%20Teixeira%20\(1\).doc](http://www.cress.sc.org.br/serv%C3%A7o%20Social%20e%20pol%C3%ADtica%20educacional%20Palestra%20Prof.%20Ney%20Teixeira%20(1).doc)* . Acesso em julho de 2005.

_____. Educação. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social.** Módulo 3. Brasília; UNB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000, p. 151-163.

ALVES, Rubem. **Entre a ciência e a sapiência: O dilema da educação.** 12ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **Ao professor, com o meu carinho.** Campinas, SP: Verus Editora, 2004.

_____. **Conversas com quem gosta de ensinar.** 7ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.

ANDRÉ, Simone e COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **Educação para o Desenvolvimento Humano.** São Paulo: Saraiva: Instituto Ayrton Senna, 2004.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Questão Social no Brasil e Serviço Social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social.** Módulo-02. Brasília: Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 1999. p. 75-81.

BACKHAUS, Berenice Beatriz. Prática do Serviço Social Escolar: Uma Abordagem Interdisciplinar. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, 38, p.37-55, abr.1992.

BARBOSA, Mário da Costa. **Planejamento e Serviço Social.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1991.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos.** 2ª ed. São Paulo, Cortez, 2003.

BOCHNIAK, Regina. O questionamento da interdisciplinaridade e a produção de seu conhecimento na escola. In: **Práticas Interdisciplinares na Escola**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil: 1988** – texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de nº 1, de 1992, a 40, de 2003, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de nº1 a 6, de 1994. – ed. nº 21 – Brasília - Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003. 71 p. – (Série textos básicos; nº 32)

_____. Lei Federal nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990. **Estatuto de Criança e do Adolescente**. Editora Escala.

_____. Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999. **Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público**: sua história, concepção e diferença. Ministério da Justiça. In: <http://www.mj.gov.br/snj/osciphistorico.htm> . Acesso em 11/04/2004.

_____. **II Seminário Nacional de Assistência Social: Filantropia: Marco Legal e a Universalização dos Direitos**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2000.

BURGESS, Robert G. **A Pesquisa de Terreno: Uma Introdução**. 1ª ed. Portuguesa. Celta Editora, abril de 1997.

CONTRERAS, Juan Manuel. **Como trabalhar em grupo: introdução a dinâmica de grupos**. São Paulo: Paulus, 1999.

DELORS, Jacques. **Educação: Um Tesouro a Descobrir**. 8ª ed. São Paulo, Cortez; Brasília. DF. MEC: UNESCO, 2003.

FALEIROS, Vicente de Paula. Serviço Social: questões presentes para o futuro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, 50, 1996, p. 9-39.

FAZENDA, Ivani C. Arantes. **Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro – Efetividade e Ideologia**. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. **Práticas Interdisciplinares na Escola**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 5ª ed. Campinas: Cortez, 2000.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 5ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

FROZA, Simone Fátima. **Relatório de Estágio Supervisionado**. Departamento de Serviço Social. [Trabalho Acadêmico]. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005. Não paginado.

HACKEBART, Juliana Garcia. **Ação Complementar a Escola: uma estratégia do Instituto Guga Kuerten do desenvolvimento integral de crianças e adolescentes**. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 6ª ed. São Paulo, Cortez, 2003.

_____. O Serviço Social em tempos de globalização. **Revista Inscrita, Conselho Federal de Serviço Social**, Ano II – Nº III – Novembro de 1998.

JAPIASSÚ, Hilton. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KOMEYAMA, Nobuco. **Filantropia empresarial e entidades da sociedade civil**. In: Novos Espaços Ocupacionais do Serviço Social. Módulo 04 - Brasília UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000. p. 200-213.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de. **Serviço Social e Intervenção Profissional**. Texto didático – Curso de Serviço Social. UFSC. Florianópolis. 2004. p. 01-14.

MARRA, Marlene Magnabosco. **O agente social que transforma: o sociodrama na organização de grupos**. São Paulo: Agora, 2004.

MARINO, Eduardo. **Manual de Avaliação de Projetos Sociais: uma ferramenta para a aprendizagem e desenvolvimento de sua organização**. 1ª ed. Instituto Ayrton Senna, 1998.

MARTEMEV, Maria Carla. **Projeto Social “Brinca Mané”: O Projeto sob o Olhar dos Manezinhos**. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de Educação Física. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

MARTINS, Carlos E., SILVA, Luiz A. P., STANISCI, Silvia A. **Intersetorialidade um desafio para a política de assistência social**. MPAS/SEAS, São Paulo: FUNDAP, 2000.

MARTINS, Paulo. **Qual a diferença entre organizações sociais e organizações da sociedade civil de interesse público?** In: http://www.rits.org.br/legislacao_teste/download/lg_out99.zip. Acesso em dezembro de 2000.

MARTINS DE SÁ, Jeanete Liasch (org.). **Serviço Social e Interdisciplinaridade: Dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino pesquisa e extensão**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MEIRELLES, Betina H. S. **Interdisciplinaridade: uma perspectiva de trabalho nos serviços de atendimento aos portadores de HIV/AIDS**. Dissertação de Mestrado em Enfermagem. Curso de Pós Graduação em Enfermagem. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

MELO, Ana I. S. C de e ALMEIDA, Gláucia E. S. de. **Interdisciplinaridade: possibilidades e desafios para o trabalho profissional**. In: Novos Espaços Ocupacionais do Serviço Social. Módulo 04 - Brasília UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000. p. 227-239.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. – O Trabalho do Assistente Social e as Políticas Sociais. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo-04. Brasília, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000. p. 217-224.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 2ª ed. – São Paulo: Cortez, 2003.

MUNHOZ, Divanir Eulália Naréssi. **Trabalho Interdisciplinar: realidade utopia. Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, 51. Editora Cortez, p. 167-171, agosto de 1996.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social, **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, 50. Editora Cortez, p. 87-132.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1992.

NILSSON, Vera Inêz Gauer. **Grupos: tipos e conceitos**. Texto didático – Curso de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2004. p. 01-14.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. A Importância da Equipe Interdisciplinar no Tratamento de Qualidade na Área da Saúde. **Revista Katályisis**. Departamento de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Nº 03, Florianópolis, Novembro de 1998, p. 40-48.

OLIVEIRA, Maria Ângela de Paiva. **O trabalho em equipe**. In: ABRINQ. Guia de gestão para quem dirige entidades sociais. São Paulo, 2002. p. 01-11.

ON, Maria Lucia Rodrigues. O Serviço Social e a Perspectiva Interdisciplinar. In: MARTINELLI, Maria Lucia (org). **O Uno e o Múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. São Paulo; Cortez, 1995, p. 152-158.

PAIVA, Beatriz Augusto e SALES, Mione Apolinário. A nova ética profissional: praxis e princípios. In: **10 Anos do Código de Ética e da Lei que Regulamenta a profissão – LEI nº 8662/93**: Coletânea de Textos. Florianópolis, CRESS, 2003.

PAZ, Rosangela Dias Oliveira da. As Organizações não-governamentais e o Trabalho do Assistente Social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Modulo-02. Brasília: Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 1999. p. 195-202.

PONTES, Lúcia e BAVA, Silvio Cássia. As ONGs e as políticas públicas na construção do estado democrático. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, 50, p. 133-142, 1996.

PRAZERES, Greicy Granda Soares. **A Assistência à Família: a experiência de uma construção interdisciplinar**. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

RIVIÉRE, Enrique Pichon. **O Processo Grupal**. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

ROBBINS, H; FINLEY, M. **Porque as Equipes não Funcionam: o que não deu certo e como torná-las criativas e eficientes**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

SCARPELLI, Maria Beatriz Gouvêa. **Terceiro setor e responsabilidade social**. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SCHNEIDER, Juli Mari. **O Serviço Social nas Equipes Interdisciplinares em recursos Humanos: um estudo sobre a especificidade do agir profissional**. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Subsídios pra uma reflexão sobre novos caminhos da interdisciplinaridade. In: **Serviço Social e Interdisciplinaridade: Dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino pesquisa e extensão**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, Carolina Hoeller da Silva. **O Trabalho em Equipe e a Interdisciplinaridade: Um Estudo no Programa Proteger de HRSJ**. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

SILVEIRA, Patrícia Nalovaiko. **A equipe multidisciplinar do serviço de transplante de medula óssea do CEPON buscando a interdisciplinaridade**. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SZASI, Eduardo. **Terceiro Setor-Regulação no Brasil**. São Paulo, Peirópolis, 2000.

VASCONCELOS, Ana Maria. **Intenção-Ação no Trabalho Social**. 1ª ed. - São Paulo: Cortez, 1985.

_____. **A prática do Serviço Social: Cotidiano, formação e alternativas na área da saúde**. 2ª ed. São Paulo, Cortez, 2003.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Serviço Social e Interdisciplinaridade: o exemplo da saúde mental. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, 54, Editora Cortez, p. 132-157, 1997.

YASBEK, Maria Carmelita. Terceiro Setor e despolitização. **Revista Inscrita, Conselho Federal de Serviço Social**, Ano III – Nº VI – Julho de 2000. p.13-18.

_____. Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo-02. Brasília: Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 1999. p. 89-99.

APÊNDICE A
MODELO DE ROTEIRO PARA ATIVIDADE COM OS ADOLESCENTES

ROTEIRO PARA ATIVIDADE COM OS ADOLESCENTES

Este roteiro fez parte de um cadastramento que foi realizado com o grupo de educandos, adolescentes, que participam ou participaram do Projeto Aprendendo no Esporte, com o objetivo de conhecer as pretensões de cada um, para no próximo ano trazer oficinas que introduzem cursos profissionalizantes de seu interesse.

1- Identificação:

Nome:

Data de Nascimento:

Endereço:

Telefone:

Escola:

Escolaridade:

2- Você está trabalhando no momento?

() Sim

() Não

As questões 3 a 14 deverão ser respondidas apenas pelo educando que respondeu SIM na questão 2.

3- Qual o local de trabalho?

4- Qual a sua função?

5- Recebe remuneração?

() Sim. Renda Aproximada R\$ _____ () Não

6- Recebe vale transporte ou vale alimentação?

() Sim. Qual? _____ () Não

7- Como procedeu para obter este emprego?

8- O que o levou a procurar um emprego?

9- Qual o vínculo empregatício?

() Funcionário(a) contratado(a)

() Estagiário(a)

10- Foi necessário sair do Projeto para trabalhar?

() Sim. Por quê? _____

() Não

11- Foi necessário sair da Escola para trabalhar?

() Sim. Por quê? _____

() Não

12- Gosta do que faz?

() Sim. Por quê? _____

() Não. Por quê? _____

13- Foi necessário fazer curso preparatório para atuar nesta área?

() Sim. Qual? _____

() Não.

14- Este emprego acrescenta conhecimentos para a sua vida profissional?

15- Quais os motivos que o levaram a procurar um emprego?

16- Tem pretensão de trabalhar ainda este ano?

() Sim. () Não

Porquê? _____

17- Em que área de trabalho pretende atuar?

18- Será necessário fazer algum curso preparatório?

() Sim. Qual? _____ () Não.

19- Você se considera preparado para exercer alguma profissão? Por Quê?

20- Você teve ou tem apoio da família em suas decisões com relação ao mercado de trabalho?

A equipe do Projeto Aprendendo no Esporte agradece a sua participação.

Obrigada!!!!

APÊNDICE B
MODELO DE ROTEIRO PARA AVALIAÇÃO DA FESTA JUNINA

Roteiro de avaliação da atividade da Festa Junina:

- Você participou da organização da festa:

- Estava ciente de qual era sua função no dia da festa?

- Participou da organização no dia da festa?

- Avalie a sua atuação no momento da festa e a de seus colegas e educadores?

- Você levou apenas o responsável ou o(a) namorado(a) conforme combinado ou levou vários amigos?

- Achou que o valor em dinheiro disponibilizado foi pouco, muito ou suficiente?

- O que achou das pessoas que levaram mercadorias da festa para casa, ou para a escola para vender para os colegas, enquanto muitos de seus colegas ficaram sem comer porque quando foram comprar já não tinha mais?

- Você gostou de participar da atividade ou só participou porque os educadores solicitaram?

- Como podemos melhorar esta atividade?

- Caso fosse realizada novamente você participaria?

Obrigada pela participação!!!

ANEXO A**ESTATUTO SOCIAL DO INSTITUTO GUGA KUERTEN**

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETO E DURAÇÃO

ARTIGO 1º - O INSTITUTO GUGA KUERTEN, é uma associação civil sem fins lucrativo constituída em 17 de agosto de 2000, doravante designada simplesmente com "INSTITUTO", que rege-se pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis.

ARTIGO 2º - Os objetivos do INSTITUTO são exclusivamente educacionais, esportivos sociais, com ou sem divulgação, de caráter filantrópico, consistindo no:

1. incentivo, manutenção e acompanhamento de atividades esportivas, identificando desenvolvendo novos talentos, despertando o espírito de equipe e atuando com prevenção à marginalidade, sempre condicionando a participação à frequência escolar;
2. atendimento ao portador de deficiência, seja através de estudos e projetos de prevenção pesquisa, educação, integração e/ou desenvolvendo ações relacionadas ao lazer habitação, saúde e profissionalização deste seguimento.

ARTIGO 3º - O INSTITUTO tem sede e foro na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, no seguinte endereço: Rua Tenente Silveira, 222, sala 102, Edifício Ari Souza Centro, Florianópolis, 88010-300, Santa Catarina, Brasil. O INSTITUTO poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, manter estabelecimentos em qualquer parte do território nacional.

ARTIGO 4º - O prazo de duração do INSTITUTO é indeterminado.

Registro Civil Tit. e Doc. Pessoas Jurídicas
Iolê Luz Faria - Oficial
Alairia Faria de Souza - Oficial Substituto
Cristina Rosa Duarte - Escrevente
Isabel Cristina Maya Barboza - Escrevente
Isabel Faria de Souza - Escrevente
Rua: Vital Ramos, nº 53 - Sala 106 - Ed. Crystal Center
Fone / Fax: (48) 223-6131 - Florianópolis - SC

CAPÍTULO II DO PATRIMÔNIO SOCIAL

ARTIGO 5º - O patrimônio do INSTITUTO constitui-se de bens e direitos provenientes de

- (a) doações, subvenções, legados ou contribuições de pessoas naturais, sociedades, entidades ou organismos nacionais e internacionais; e
- (b) aquisições no exercício de suas atividades.

ARTIGO 6º - Os bens e direitos do INSTITUTO serão exclusivamente utilizados para consecução de seus fins.

ARTIGO 7º - As despesas realizadas pelo INSTITUTO devem originar-se do cumprimento de suas finalidades e estar de acordo com o cronograma orçamentário preparado pela Diretoria e devidamente aprovado.

CAPÍTULO III DOS SÓCIOS-MANTENEDORES, SUA ADMISSÃO E DESLIGAMENTO

ARTIGO 8º - Qualquer pessoa física ou jurídica, nacional ou estrangeira, que se dispuser a contribuir, financeiramente ou não, com a complementação e consecução dos objetivos

CARTÓRIO DE
PRA DEODORO, I
Autentico a presente fotocópia do
documento de
COPREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Selo de Fiscalização
Nº APT 41332
13 JUL 2001
Helôisa da Luz Schmitt e
Escrevente Notarial

INSTITUTO será considerada "sócia-mantenedora", satisfeitas as condições de admissão estipuladas pela Assembléia Geral.

PARÁGRAFO ÚNICO - Nos casos de pessoas jurídicas, estas elegerão um representante no Brasil.

ARTIGO 9º - O quadro social será composto por sócios-mantenedores. São considerados sócios-mantenedores para os termos deste Estatuto, as pessoas naturais ou jurídicas públicas ou particulares que, em caráter periódico e contínuo, por pelo menos 12 (doze) meses, contribuírem financeiramente ou de outro modo com o INSTITUTO ou qualquer de seus projetos, observadas as condições de admissão estabelecidas pela Assembléia Geral.

ARTIGO 10 - A destituição de qualquer sócio-mantenedor do INSTITUTO, em razão de má-conduta ou procedimentos não condizentes com os princípios que norteiam as atividades sociais, dependerá da aprovação da maioria dos demais sócios-mantenedores.

CAPÍTULO IV DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

ARTIGO 11 - São órgãos do INSTITUTO:

- (a) o Conselho de Administração;
- (b) a Diretoria;
- (c) o Conselho Consultivo; e
- (d) o Conselho Fiscal.

Registro Civil III e Doc. Pessoas Jurídicas
Isabel Faria de Souza - Oficial
Maria Faria de Souza - Oficial Substituto
Cristina Maya Barboza - Secretária
Isabel Faria de Souza - Escrevente
Rua: Vidal Ramos, nº 53 - Sala 106 - Ed. Capital - Florianópolis - SC
Fone / Fax: (48) 223-6131

CARTÓRIO LUIZ
RUA DEODORO, 147
Autentico a presente fotocópia por ser
reprodução fiel do documento original que
foi apresentado, com o qual conferi, de que

Florianópolis 13 JUL 2007



Heitor Luiz Schmitt e Silva
Escritor de Notas

SEÇÃO I
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Registro Civil, Tit. e Doc. Pessoas Jurídicas
Maria Faria de Souza - Oficial
Luciano Rosa Duarte - Escrevente
Cintia Cristina Maya Barboza - Escrevente
Isabel Faria de Souza - Escrevente
Rua: Vidal Ramos, nº 53 - Sala 106 - Ed. Crystal Center
Fone / Fax (48) 223-4131 - Florianópolis - SC

ARTIGO 12 - O Conselho de Administração é integrado por 4 (quatro) membros, que serão eleitos pela Assembléia Geral, para um mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos ou destituídos a qualquer tempo, sendo um Presidente, um Vice-Presidente e os demais Conselheiros sem designação específica, além de 2 (dois) cargos honoríficos atribuídos aos Srs. e , o primeiro falecido e o segundo incapaz

ARTIGO 13 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por escrito, por seu Presidente ou pelos demais membros, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O *quorum* para a instalação das reuniões do Conselho de Administração é a maioria dos membros em exercício. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por voto da maioria dos Conselheiros presentes à reunião, cabendo ao Presidente, além do seu próprio voto, o de qualidade, no caso de empate na votação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em caso de ausência ou impedimento temporário, o membro do Conselho de Administração poderá indicar, por escrito, especificamente para cada reunião, aquele que dentre os demais representa-lo-á, cabendo ao indicado, além de seu próprio voto, o de seu representado.

4

CARTÓRIO LUIZ
RUA DEODORO, 140
Autentico a presente fotocópia por ser
reprodução fiel do documento original que me
foi apresentado como o qual consta, no qual, de
13 JUL 2001
Selo de Fiscalização
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Nº AFT 41323
Escritório Notarial

PARÁGRAFO QUARTO - Em suas ausências, o Presidente do Conselho de Administração será substituído pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração permanecem no exercício dos cargos até a investidura dos novos Conselheiros eleitos.

ARTIGO 15 - A ata de reunião do Conselho de Administração que eleger, destinar, designar ou fixar as atribuições dos Diretores, bem como aquela destinada a produzir efeitos perante terceiros, deverá ser arquivada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, publicada em órgão da imprensa, nos termos da lei.

ARTIGO 16 - Compete ao Conselho de Administração:

- (a) estabelecer a política geral e de administração do INSTITUTO;
- (b) aprovar o Regimento Interno nos termos do artigo 28 do presente Estatuto;
- (c) definir o esquema organizacional do INSTITUTO;
- (d) convocar a assembléia geral quando julgar necessário;
- (e) determinar o levantamento de balanço semestrais, intermediários ou intercalares;
- (f) zelar pela estrita observância das disposições legais, estatutárias, regimentais e programáticas;
- (g) aprovar o cronograma orçamentário e a proposta anual de atividades apresentadas pela Diretoria;
- (h) aprovar os planos de ação, anuais e plurianuais;
- (i) decidir sobre os planos de expansão ou de redução das atividades;
- (j) eleger e destituir os Diretores e fixar-lhes outras atribuições, além das expressamente previstas por este Estatuto; e
- (k) fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar, a qualquer tempo, os livros, papéis e documentos do INSTITUTO.

SEÇÃO II
DA DIRETORIA

Cartório Civil Tit. e Doc. Pessoas Jurídicas
Tóte Luz Faria - Oficial
Márcia Faria de Souza - Oficial Substituto
Luciane Rosa Duarte - Escrevente
Cintia Cristina Maya Barbosa - Escrevente
Isabel Faria de Souza - Escrevente
Rua: Vidal Ramos, nº 53 - Sala 104 - Ed. Crystal Center

ARTIGO 17 - A Diretoria será composta por 2 (dois) a 6 (seis) Diretores, residentes no país, destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, para um mandato de (três) anos, permitida a reeleição, sendo um dos Diretores denominado Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação específica, com as atribuições que lhes forem conferidas pelo Conselho de Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de 1/3 (um terço), poderão ser eleitos para cargos de Diretores.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem à sua eleição.

ARTIGO 18 - Compete à Diretoria, observadas as funções acima especificadas:

- (a) elaborar o relatório, o cronograma orçamentário e as demonstrações financeiras de cada exercício;
- (b) criar ou extinguir cargos, admitir ou demitir empregados e fixar seus níveis remuneratórios;
- (c) exercer outras atribuições legais ou que lhes sejam conferidas pelo Conselho de Administração.

Handwritten signature

6



CARTÓRIO L.L.
RUA DEODORO, 159
Fotocópia autêntica a presente fotocópia por
meio de rubrica digitalizada e original
apresentado, com o qual comparece, o q
Helôisa da L. L. Comissária de
Escritório de Notário

ARTIGO 19 - Em caso de vacância no cargo de diretor ou impedimento do titular, será convocada e realizada uma reunião do Conselho de Administração dentro de 30 (trinta) dias para a eleição do substituto, a fim de cumprir o restante do mandato do substituído.

ARTIGO 20 - A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, a cada mês, e extraordinariamente, quando convocada por qualquer Diretor, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

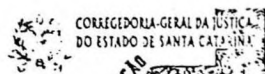
PARÁGRAFO PRIMEIRO - O *quorum* de instalação das reuniões da Diretoria é o da maioria dos membros. As deliberações da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria dos Diretores presentes à reunião, cabendo ao Diretor Superintendente, além do seu próprio voto, o de qualidade, em caso de empate.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em suas ausências ou impedimentos temporários, os Diretores serão substituídos, de acordo com as suas próprias indicações, por um outro Diretor, cabendo ao indicado, além de seu próprio voto, o de seu representado.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente presidir as reuniões da Diretoria e, na sua ausência, a qualquer diretor escolhido pelos presentes.

ARTIGO 22 - As procurações outorgadas pelo INSTITUTO deverão: (i) ser assinadas por 2 (dois) Diretores; (ii) vedar o substabelecimento e (iii) conter prazo de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano. O prazo previsto neste artigo e a restrição quanto ao substabelecimento não se aplicam às procurações outorgadas a advogados para a representação do INSTITUTO em processos judiciais ou administrativos.

ARTIGO 23 - Deverão ser assinados sempre em conjunto por 2 (dois) Diretores; por qualquer Diretor e um procurador; ou por 2 (dois) procuradores devidamente investidos de especiais e expressos poderes, quaisquer cheques, autorizações de créditos, débitos e orden.



SELO DE FISCALIZAÇÃO

Nº AFT 41322

Florianópolis 13 JUL 2001

Assistente Natural

de pagamento, contratos e escrituras de qualquer natureza, e ainda, qualquer outro documento necessário e adequado às atividades do INSTITUTO. Na hipótese deste artigo, quando a assinatura se der por um Diretor e um procurador, este deverá ter sido necessariamente constituído por Diretor diverso daquele que firma o documento. Da mesma forma, quando a assinatura ficar a cargo de dois procuradores, estes deverão necessariamente ter sido constituídos por Diretores distintos.

ARTIGO 24 - É vedado aos Diretores e aos mandatários obrigar o INSTITUTO em negócios estranhos ao seu objeto social, bem como praticar atos de liberalidade em nome do INSTITUTO.

ARTIGO 25 - A prática de atos e a assinatura de documentos que impliquem a aquisição e/ou alienação de bens imóveis, ou a oneração de quaisquer de tais bens do INSTITUTO dependerão, como condição de sua validade, da prévia e expressa autorização do Conselho de Administração.

SEÇÃO III

DO CONSELHO CONSULTIVO

ARTIGO 26 - O Conselho Consultivo é órgão de assessoramento nomeado pelo Conselho de Administração, e será constituído, sem limite de número, por pessoas naturais, cujas atividades estejam notoriamente ligadas aos objetivos do INSTITUTO.

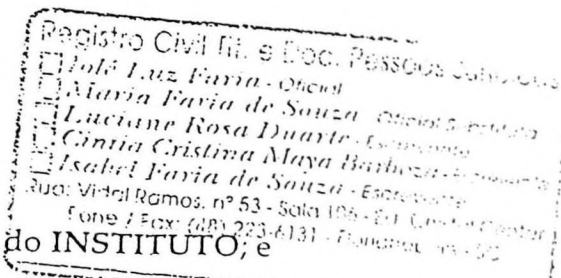
ARTIGO 27 - O Conselho Consultivo terá um Presidente e um Vice-Presidente, nomeados pelo Conselho de Administração, para mandatos de 3 (três) anos, permitida a recondução, e reunir-se-á quando convocado por seu Presidente ou pelo Presidente do Conselho de Administração.



CARTÓRIO
13 JUL 2001
13 JUL 2001
13 JUL 2001

ARTIGO 28 - Compete ao Conselho Consultivo:

- (a) dar parecer sobre projetos, planos e atividades do INSTITUTO; e
- (b) elaborar sugestões e planos para a apreciação e aprovação do Conselho de Administração.



SEÇÃO IV
DO CONSELHO FISCAL

ARTIGO 29 - O Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, será composto por 3 (três) a 5 (cinco) membros e suplentes em igual número, eleitos pela Assembléia Geral.

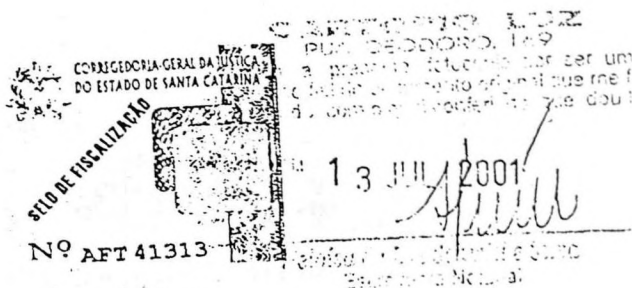
PARÁGRAFO ÚNICO - O Conselho Fiscal será eleito em qualquer Assembléia Geral nos exercícios sociais em que for instalado a pedido dos sócios-mantenedores.

ARTIGO 30 - Compete ao Conselho Fiscal:

- (a) fiscalizar os atos dos administradores, verificar a regularidade da gestão financeira-contábil do INSTITUTO e das prestações de contas da Diretoria, bem como da documentação respectiva, emitindo parecer a respeito;
- (b) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações relevantes; e
- (c) opinar sobre qualquer outra matéria de natureza contábil e financeira que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

Handwritten signature/initials.

9



CAPÍTULO V
DO REGIMENTO INTERNO

Registro Civil III, a Doc. Pessoas Jurídicas
R. Luiz Paulo, 100 - 1º andar
Mário Faria de Souza - Escritório
Rua da Casa Duarte - Escritório
Cristina Maya Barboza - Escritório
Isabel Faria de Souza - Escritório
Rua: Vi. Ant. Ramos, nº 53 - Sala 106 - Ed. Cristal - C. B.
Fone / Fax: (48) 223-6131 - Florianópolis - SC

ARTIGO 31 - O Conselho de Administração, ao baixar o Regimento Interno do INSTITUTO, fixará:

- (a) a periodicidade, modo de convocação e outras normas de organização e funcionamento dos órgãos do INSTITUTO;
- (b) o modo de substituição dos membros de seus órgãos de administração em suas faltas e impedimentos;
- (c) o modo de resolução dos casos omissos neste Estatuto;
- (d) as demais matérias dependentes de regulamentação, além das previstas neste Estatuto.

CAPÍTULO VI
DO EXERCÍCIO SOCIAL

ARTIGO 32 - O exercício social é de 12 (doze) meses, encerrando-se no dia 31 de dezembro de cada ano.

ARTIGO 33 - Ao término de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar demonstrações financeiras exigidas em lei, as quais serão enviadas, nos primeiros (sessenta) dias do ano seguinte, ao Conselho Fiscal, o qual, em 30 (trinta) dias emitirá o parecer, submetendo-o ao Conselho de Administração.

PA

10

CARTÓRIO LUI
RUA DEODORO, 100
Florianópolis - SC
Atestamos a presente fotocópia por ser fiel ao documento original.
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
13 JUL 2001
Nº AFT 41315
Escritório Notarial

CAPÍTULO VII DA DISSOLUÇÃO

Registro Civil Tit. e Doc. 1.º de 1991 Jul
Lolê Luz Faria - Oficial
Maria Faria de Souza - Oficial Subst.
Luciane Rosa Duarte - Oficial Subst.
Cristina Maya Barbosa - Oficial Subst.
Luz Faria de Souza - Oficial Subst.
Fone / Fax: (48) 223-6131 - Florianópolis, SC

ARTIGO 34 - O INSTITUTO será dissolvido se verificada a impossibilidade de continuidade, por deliberação da Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim que estabelecerá a forma da liquidação, elegerá o liquidante e instalará o Conselho Fiscal para o período da liquidação.

ARTIGO 35 - No caso de dissolução do INSTITUTO, será deliberada pela Assembléia Geral a forma como seus bens e direitos serão revertidos a entidades privadas, cujos objetivos sejam os mais coincidentes possíveis com a finalidade estabelecida no Artigo 1.º deste Estatuto e que estejam previamente registradas no Conselho Nacional de Assistência Social, ou em outra entidade pública.

ARTIGO 36 - Os membros da Diretoria, do Conselho Consultivo, do Conselho Fiscal e os sócios-mantenedores não respondem, pessoalmente ou com seus próprios bens, solidariamente, seja subsidiariamente, por obrigações ou compromissos assumidos pelo INSTITUTO.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 37 - O INSTITUTO não distribuirá aos membros da Diretoria, a seus sócios mantenedores ou dirigentes em geral, sob nenhuma forma ou pretexto, lucros, bônus ou vantagens pecuniárias.

11

CARTEIRO Nº 1.222
RUA BOCCORD, 169

Autentica a presente fotocópia por reprodução fiel do documento original apresentado, com o qual conferi, no ano



13 JUL 2001

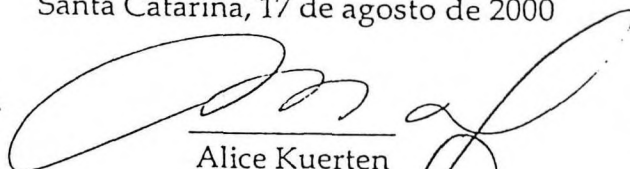
Helena de Luz Schmitt - Silva
Escritório Not. 161

ARTIGO 38 - Este Estatuto poderá somente ser alterado por proposta que obtenha o voto favorável de, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho de Administração.

ARTIGO 39 - Nos casos omissos ou duvidosos serão aplicadas as disposições legais pertinentes.

Santa Catarina, 17 de agosto de 2000

CARTÓRIO
LUZ

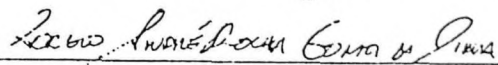


Alice Kuerten

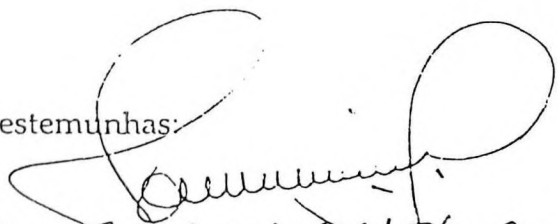
Cooperativa de Pais, Amigos e Portadores de Deficiência
Aldo Brito
Presidente

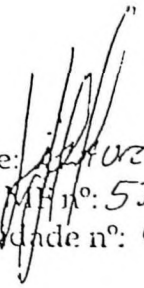
REG. CIVIL 11
PESSOAS JURÍDICAS
1.º SUB-DISTRICTO
FLORIANÓPOLIS - SC
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA
SELO DE FISCALIZAÇÃO
Nº ACM57919

Visto do Advogado:


Sergio André Rocha Gomes da Silva
OAB/RJ nº 400.615

Testemunhas:


Nome: JONAS ENOR MELO DOS SANTOS
CPF/MF nº: 077959988-68
Identidade nº: 278125


Nome: ALVARO DUARTE DE M
CPF/MF nº: 534.840.527-68
Identidade nº: 4.670.325-3

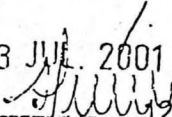
estatuto social final

CARTÓRIO LUZ
RUA DEODORO, 149

Autentico a presente fotocópia por ser uma reprodução fiel do documento original que me foi apresentado com o original, do que dou fe

Florianópolis

13 JUL. 2001


Heloisa da Luz Schmitt e Silva
Escritorinha Notarial

Registro de Títulos e Documentos/R.C.Pessoas
Oficial: Iolê Luz Faria
Oficial Maior: Maria Faria de Souza
Rua Vidal Ramos, 53 sl 106 CEP 88010-320 Foz
Protocolado Sob o nº 151888 no livro A-13
Registrado Sob o nº 006242 às fls 242 no livro
Florianópolis, 22/08/2000
Emol.: R\$ Isento
Selo.: R\$ 0,40

O Oficial

Luciane Rê
Escriv

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA
SELO DE FISCALIZAÇÃO
Nº AFT 41311